



# LICENCIATURA EM DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

## MÓDULO DE EXTENSÃO RURAL

2º Ano

Disciplina: Extensão Rural

Código:

Total Horas/1º Semestre: 125

Créditos (SNATCA):

Número de Temas: 6

**Direitos de autor (*copyright*)**

Este manual é propriedade da Universidade Aberta ISCED, e contém reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução parcial ou total deste manual, sob quaisquer formas ou por quaisquer meios (electrónicos, mecânico, gravação, fotocópia ou outros), sem permissão expressa de entidade editora (Universidade Aberta ISCED).

A não observância do acima estipulado o infractor é passível a aplicação de processos judiciais em vigor no País.

UNIVERSIDADE ABERTA ISCED- UnISCED

Vice-reitoria Académica

Rua Paiva Couceiro, No 179, Talhão 123, Beira-Macuti

Beira - Moçambique

Cel: +258 82 3109525/ 847322199/ 862711975

E-mail: [isced@isced.ac.mz](mailto:isced@isced.ac.mz)

Website: [www.isced.ac.mz](http://www.isced.ac.mz)

## Agradecimentos

O Universidade Aberta ISCED agradece a colaboração dos seguintes indivíduos e instituições na elaboração deste manual:

<i>Autor</i>	Plínio Fonseca e Cremildo Mubate
<i>Coordenação</i>	Direcção Académica
<i>Design</i>	Universidade Aberta ISCED
<i>Financiamento e Logística</i>	Instituto Africano de Promoção da Educação a Distância (IAPED)
<i>Revisão Científica e Linguística</i>	Leopoldina Solange Pimentel
<i>Ano de Publicação</i>	2022
<i>Local de Publicação</i>	UnISCED - BEIRA

## Índice

<b>Visão geral</b>	<b>1</b>
Bem-vindo à Disciplina/Módulo de Extensão Rural.....	1
Objectivos do Módulo.....	1
Quem deveria estudar este módulo.....	2
Como está estruturado este módulo.....	2
Ícones de actividade.....	3
Habilidades de estudo.....	4
Precisa de apoio?.....	6
Tarefas (avaliação e auto-avaliação).....	6
Avaliação.....	7
Carga horaria.....	8
<b>TEMA - 1: FUNDAMENTO DA EXTENSÃO RURAL</b>	<b>9</b>
UNIDADE TEMÁTICA 1.1. Introdução e Quadro Conceptual em torno do conceito de Extensão Rural.....	9
Introdução.....	9
Sumário.....	13
Autoavaliação.....	13
Exercícios.....	14
Referências Bibliográficas.....	14
UNIDADE TEMÁTICA 1.2. Importância da Extensão no processo de desenvolvimento Rural.....	16
Introdução.....	16
Sumário.....	19
Auto - avaliação.....	19
Exercícios.....	20
UNIDADE TEMÁTICA 1.3 Princípios Básicos da Extensão.....	21
Introdução.....	21
Sumário.....	25
Auto - avaliação.....	25
Exercícios.....	26
UNIDADE TEMÁTICA 1.4 Modelos alternativos, Abordagens de Extensão Rural e tendências actuais na organização da extensão rural.....	27
Introdução.....	27
Sumário.....	40
Auto - avaliação.....	41
Exercícios.....	41
<b>TEMA - 2: PLANIFICAÇÃO DA EXTENSÃO AGRÁRIA E O PROCESSO DE MONITORIA E AVALIAÇÃO</b>	<b>43</b>
UNIDADE TEMÁTICA 2.1. Introdução.....	43
Introdução.....	43
Sumário.....	50

<b>TEMA - 3: COMUNICAÇÃO PARA EXTENSÃO AGRÁRIA</b>	<b>52</b>
Introdução .....	52
Sumário .....	58
Sumário .....	70
<b>TEMA - 5: DESENVOLVIMENTOS E DESAFIOS DA EXTENSÃO RURAL</b>	<b>73</b>
UNIDADE TEMÁTICA 5.1. Desafios de extensão Rural e o Papel do Extensionista .....	73
Introdução .....	73
<b>TEMA - 6: FERRAMENTAS DOS EXTENSIONISTAS</b>	<b>80</b>
UNIDADE TEMÁTICA 5.1. Introdução .....	80

## Visão geral

---

### Bem-vindo à Disciplina/Módulo de Extensão Rural

A disciplina de Extensão Rural é um processo cooperativo, baseado em princípios educacionais, que tem por finalidade levar, diretamente, aos adultos e jovens do meio rural, ensinamentos sobre a agricultura, pecuária e economia doméstica, visando modificar hábitos e atitudes da família, nos aspectos técnico, econômico e social. Tendo em referência os resultados do IV recenseamento geral da população e habitação de 2017, coordenado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), **66,4% da população moçambicana reside nas zonas rurais**, enquanto 33,4% habita nas áreas urbanas. Estes dados tornam relevante as acções que visam promover o desenvolvimento rural, o que também reforça a importância do estudo da extensão rural.

---

### Objectivos do Módulo

Ao terminar o estudo deste módulo de extensão Rural, deverá ser capaz de: compreender, identificar e aplicar ferramentas e técnica de Extensão Rural na actividade agrária.



#### Objectivos Específicos

Os graduados devem ser capazes de:

- Definir os conceitos básicos da Extensão Rural, origem, modelos e formas de intervenção;
- Descrever as etapas de planificação do processo de extensão, o acompanhamento, monitoria e avaliação dos resultados periódicos e finais;
- Descrever como a comunicação para extensão acontece;
- Identificar e descrever os principais métodos de Extensão Rural;
- Identificar os principais desenvolvimentos e desafios do sector da extensão rural em Moçambique.

---

## Quem deveria estudar este módulo

Este Módulo foi concebido para estudantes do 2º ano do curso de Desenvolvimento Agrário do ISCED e outros como Agronegócio. Poderá ocorrer, contudo, que haja leitores que queiram se actualizar e consolidar seus conhecimentos nessa disciplina, esses serão bem-vindos, não sendo necessário para tal se inscrever. Mas poderá adquirir o manual.

---

## Como está estruturado este módulo

Este módulo de Extensão Rural, para estudantes do 2º ano do curso de licenciatura em Desenvolvimento Agrário, à semelhança dos restantes do ISCED, está estruturado como se segue:

### Páginas introdutórias

- Um índice completo.
- Uma **visão geral detalhada** dos conteúdos do módulo, resumindo os aspectos-chave que você precisa conhecer para melhor estudar. Recomendamos vivamente que leia esta secção com atenção antes de começar o seu estudo, como componente de habilidades de estudos.

### Conteúdo desta Disciplina / módulo

Este módulo está estruturado em temas. Cada tema, por sua vez comporta certo número de unidades temáticas ou simplesmente unidades. Cada unidade temática se caracteriza por conter uma introdução, objectivos, conteúdos.

No final de cada unidade temática ou do próprio tema, são incorporados antes o sumário, exercícios de auto-avaliação, só depois é que aparecem os exercícios de avaliação.

Os exercícios de avaliação têm as seguintes características: exercícios teóricos e práticos, problemas não resolvidos e actividades práticas, incluindo estudo de caso.

### Outros recursos

A equipa dos académicos e pedagogos do ISCED, pensando em si, num cantinho, recôndito deste nosso vasto Moçambique e cheio de dúvidas e limitações no seu processo de aprendizagem, apresenta uma lista de recursos didácticos adicionais ao seu módulo para você explorar. Para tal o ISCED disponibiliza na biblioteca do seu centro de recursos mais material de estudos relacionado com o seu curso como: Livros e/ou módulos, CD, CD-ROOM, DVD. Para além deste material físico ou electrónico disponível na biblioteca, pode ter acesso a Plataforma digital moodle para alargar mais ainda as possibilidades dos seus estudos.

### **Auto-avaliação e Tarefas de avaliação**

Tarefas de **auto-avaliação** para este módulo encontram-se no final de cada unidade temática e de cada tema. As tarefas dos exercícios de auto-avaliação apresentam duas características: primeiro apresentam exercícios resolvidos com detalhes. Segundo, exercícios que mostram apenas respostas.

Tarefas de **avaliação** devem ser semelhantes às de auto-avaliação, mas sem mostrar os passos e devem obedecer o grau crescente de dificuldades do processo de aprendizagem, umas a seguir a outras. Parte das tarefas de avaliação será objecto dos trabalhos de campo a serem entregues aos tutores/docentes para efeitos de correcção e subsequentemente nota. Também constará do exame do fim do módulo. Pelo que, caro estudante, fazer todos os exercícios de avaliação é uma grande vantagem.

### **Comentários e sugestões**

Use este espaço para dar sugestões valiosas, sobre determinados aspectos, quer de natureza científica, quer de natureza didáctico-Pedagógica, etc., sobre como deveriam ser ou estar apresentadas. Pode ser que graças as suas observações que, em gozo de confiança, classificamo-las de úteis, o próximo módulo venha a ser melhorado.

---

### **Ícones de actividade**

Ao longo deste manual irá encontrar uma série de ícones nas margens das folhas. Estes ícones servem para identificar diferentes partes do processo de aprendizagem. Podem indicar uma parcela específica de texto, uma nova actividade ou tarefa, uma mudança de actividade, etc.

---

## Habilidades de estudo

O principal **objectivo** deste campo é o de ensinar aprender a aprender. Aprender aprende-se.

Durante a formação e desenvolvimento de competências, para facilitar a aprendizagem e alcançar melhores resultados, implicará empenho, dedicação e disciplina no estudo. Isto é, os bons resultados apenas se conseguem com estratégias eficientes e eficazes. Por isso é importante saber **como, onde e quando** estudar. Apresentamos algumas sugestões com as quais esperamos que caro estudante possa rentabilizar o tempo dedicado aos estudos, procedendo como se segue:

1º praticar a leitura. Aprender a Distância exige alto domínio de leitura.

2º fazer leitura diagonal aos conteúdos (leitura corrida).

3º voltar a fazer leitura, desta vez para a compreensão e assimilação crítica dos conteúdos (ESTUDAR).

4º fazer seminário (debate em grupos), para comprovar se a sua aprendizagem confere ou não com a dos colegas e com o padrão.

5º fazer TC (Trabalho de Campo), algumas actividades práticas ou as de estudo de caso se existirem.

**IMPORTANTE:** em observância ao triângulo **modo-espaco-tempo**, respectivamente **como, onde e quando...** estudar, como foi referido no início deste item, antes de organizar os seus momentos de estudo reflecta sobre o ambiente de estudo que seria ideal para si: Estudo melhor em casa/biblioteca/café/outro lugar? Estudo melhor à noite/de manhã/de tarde/fins-de-semana/ao longo da semana? Estudo melhor com música/num sítio sossegado/num sítio barulhento!? Preciso de intervalo em cada 30 minutos, em cada hora, etc.

É impossível estudar numa noite tudo o que devia ter sido estudado durante um determinado período de tempo; deve estudar cada ponto da matéria em profundidade e passar só ao seguinte quando achar que já domina bem o anterior.

Privilegia-se saber bem (com profundidade) o pouco que puder ler e estudar, que saber tudo superficialmente! Mas a melhor opção é juntar o útil ao agradável: saber com profundidade todos conteúdos de cada tema, no módulo.

Dica importante: não recomendamos estudar seguidamente por tempo superior a uma hora. Estudar por tempo de uma hora intercalado por 10 (dez) a 15 (quinze) minutos de descanso (chama-se descanso à mudança de actividades). Ou seja, que durante o intervalo não se continuar a tratar dos mesmos assuntos das actividades obrigatórias.

Uma longa exposição aos estudos ou ao trabalho intelectual obrigatório pode conduzir ao efeito contrário: baixar o rendimento da aprendizagem. Por que o estudante acumula um elevado volume de trabalho, em termos de estudos, em pouco tempo, criando interferência entre os conhecimentos, perde sequência lógica, por fim ao perceber que estuda tanto, mas não aprende, cai em insegurança, depressão e desespero, por se achar injustamente incapaz!

Não estude na última da hora; quando se trate de fazer alguma avaliação. Aprenda a ser estudante de facto (aquele que estuda sistematicamente), não estudar apenas para responder a questões de alguma avaliação, mas sim estude para a vida, sobre tudo, estude pensando na sua utilidade como futuro profissional, na área em que está a se formar.

Organize na sua agenda um horário onde define a que horas e que matérias deve estudar durante a semana; Face ao tempo livre que resta, deve decidir como o utilizar produtivamente, decidindo quanto tempo será dedicado ao estudo e a outras actividades.

É importante identificar as ideias principais de um texto, pois será uma necessidade para o estudo das diversas matérias que compõem o curso: A colocação de notas nas margens pode ajudar a estruturar a matéria de modo que seja mais fácil identificar as partes que está a estudar e Pode escrever conclusões, exemplos, vantagens, definições, datas, nomes, pode também utilizar a margem para colocar comentários seus relacionados com o que está a ler; a melhor altura para sublinhar é imediatamente a seguir à compreensão do texto e não depois de uma primeira leitura; Utilizar o dicionário

sempre que surja um conceito cujo significado não conhece ou não lhe é familiar;

---

### **Precisa de apoio?**

Caro estudante temos a certeza que por uma ou por outra razão, o material de estudos impresso, lhe pode suscitar algumas dúvidas como falta de clareza, alguns erros de concordância, prováveis erros ortográficos, falta de clareza, fraca visibilidade, página trocada ou invertidas, etc.). Nestes casos, contacte os serviços de atendimento e apoio ao estudante do seu Centro de Recursos (CR), via telefone, SMS, E-mail, se tiver tempo, escreva mesmo uma carta participando a preocupação.

Uma das atribuições dos Gestores dos CR e seus assistentes (Pedagógico e Administrativo), é a de monitorar e garantir a sua aprendizagem com qualidade e sucesso. Dai a relevância da comunicação no Ensino a Distância (EAD), onde o recurso as TIC se tornam incontornável: entre estudantes, estudante - Tutor, estudante - CR, etc.

As sessões presenciais são um momento em que você caro estudante, tem a oportunidade de interagir fisicamente com staff do seu CR, com tutores ou com parte da equipa central do ISCED indigitada para acompanhar as suas sessões presenciais. Neste período pode apresentar dúvidas, tratar assuntos de natureza pedagógica e/ou administrativa.

O estudo em grupo, que está estimado para ocupar cerca de 30% do tempo de estudos a distância, é muita importância, na medida em que lhe permite situar, em termos do grau de aprendizagem com relação aos outros colegas. Desta maneira ficará a saber se precisa de apoio ou precisa de apoiar aos colegas. Desenvolver hábito de debater assuntos relacionados com os conteúdos programáticos, constantes nos diferentes temas e unidade temática, no módulo.

---

### **Tarefas (avaliação e auto-avaliação)**

O estudante deve realizar todas as tarefas (exercícios, actividades e auto-avaliação), contudo nem todas deverão ser entregues, mas é importante que sejam realizadas. As tarefas devem ser entregues duas semanas antes das sessões presenciais seguintes.

Para cada tarefa serão estabelecidos prazos de entrega, e o não cumprimento dos prazos de entrega, implica a não classificação do estudante. Tenha sempre presente que a nota

dos trabalhos de campo conta e é decisiva para ser admitido ao exame final da disciplina/módulo.

Os trabalhos devem ser entregues ao Centro de Recursos (CR) e os mesmos devem ser dirigidos ao tutor/docente.

Podem ser utilizadas diferentes fontes e materiais de pesquisa, contudo os mesmos devem ser devidamente referenciados, respeitando os direitos do autor.

O plágio<sup>1</sup> é uma violação do direito intelectual do(s) autor(es). Uma transcrição à letra de mais de 8 (oito) palavras do texto de um autor, sem o citar é considerado plágio. A honestidade, humildade científica e o respeito pelos direitos autorais devem caracterizar a realização dos trabalhos e seu autor (estudante do ISCED).

---

## Avaliação

Muitos perguntam: como é possível avaliar estudantes à distância, estando eles fisicamente separados e muito distantes do docente/tutor! Nós dissemos: sim é muito possível, talvez seja uma avaliação mais fiável e consistente.

Você será avaliado durante os estudos à distância que contam com um mínimo de 90% do total de tempo que precisa de estudar os conteúdos do seu módulo. Quando o tempo de contacto presencial conta com um máximo de 10% do total de tempo do módulo. A avaliação do estudante consta detalhada do regulamentado de avaliação.

Os trabalhos de campo por si realizados, durante estudos e aprendizagem no campo, pesam 25% e servem para a nota de frequência para ir aos exames.

Os exames são realizados no final da cadeira disciplina ou modulo e decorrem durante as sessões presenciais. Os exames pesam no mínimo 75%, o que adicionado aos 25% da média de frequência, determinam a nota final com a qual o estudante conclui a cadeira.

A nota de 10 (dez) valores é a nota mínima de conclusão da cadeira.

Nesta cadeira o estudante deverá realizar pelo menos 2 (dois) trabalhos e 1 (um) exame.

Algumas actividades práticas, relatórios e reflexões serão utilizados como ferramentas de avaliação formativa.

---

<sup>1</sup> Plágio - copiar ou assinar parcial ou totalmente uma obra literária, propriedade intelectual de outras pessoas, sem prévia autorização.

Durante a realização das avaliações, os estudantes devem ter em consideração a apresentação, a coerência textual, o grau de cientificidade, a forma de conclusão dos assuntos, as recomendações, a identificação das referências bibliográficas utilizadas, o respeito pelos direitos do autor, entre outros.

Os objectivos e critérios de avaliação constam do Regulamento de Avaliação.

### Carga horaria

Tema	Horas de contacto	Estudo autónomo							Total
		T	TP	TC	E	PL	AP (Chats e TG)	TEA	
Fundamento da Extensão Rural	2	10	4	5			2	26	28
Planificação da Extensão Agrária e o processo de Monitoria e Avaliação	2	10	4	5			2	26	28
Comunicação para extensão Agrária	1	10	2	3			2	20	21
Métodos de Extensão	2	5	4	5			2	21	23
Desenvolvimentos e desafios da extensão rural	1	10	2	4			2	22	23
Ferramentas dos extensionistas	2	10	3	5			2	25	27
<b>TOTAL</b>	<b>10</b>	<b>55</b>	<b>19</b>	<b>27</b>			<b>12</b>	<b>140</b>	<b>150</b>

## TEMA - 1: FUNDAMENTO DA EXTENSÃO RURAL

**Unidade Temática 1.1.** Introdução e quadro conceptual em torno da extensão rural.

**Unidade Temática 1.2.** Importância da Extensão no processo de desenvolvimento Rural

**Unidade Temática 1.3.** Princípios básicos da extensão

**Unidade Temática 1.4.** Modelos alternativos e tendências actuais na organização da extensão rural

**Unidade Temática 1.5.** Abordagens de Extensão Rural

---

### UNIDADE TEMÁTICA 1.1. Introdução e Quadro Conceptual em torno do conceito de Extensão Rural

---

#### Introdução

Ao procurarmos descortinar aspectos relativos aos fundamentos da extensão rural torna-se imprescindível ter como elemento de partida o nosso conceito de extensão rural. Os objectivos académicos do modulo de Extensão Rural remete-nos a um conceito meramente abrangente o que torna importante identificar a diversidade dos seus fundamentos.

Um crescente debate vem surgindo sobre a diferenciação entre a “Extensão Agrária e a Extensão Rural”. Nesta proposta de distinção parte-se do suposto de que enquanto a extensão agrícola trata essencialmente de aspectos relacionados à eficiência técnica e económica dos processos de produção agropecuária, a “Extensão Rural” integra-se à diversidade das intervenções orientadas à promoção de maior sustentabilidade, dinamismo económico e equidade social no meio rural.

Portanto, olhamos a Extensão Rural como um processo educativo que tem como finalidade a transmissão de informações úteis a população, ajudando-a a aprender como utilizá-la para melhorar os seus processos produtivos e conseqüentemente a sua vida, das suas famílias e das suas comunidades. Por ser um processo de transmissão de conhecimentos a extensão rural pode ser organizada em diferentes formas, daí a necessidade de existência de diferentes modelos de extensão, pês embora esses modelos ou abordagens de extensão possam apresentar similaridades que analisaremos no decorrer deste módulo.

Ao completar esta unidade, você deverá ser capaz de:



### Objectivos específicos

- Explicar resumidamente o que é Extensão Rural;
- Situar a extensão rural numa perspectiva fulcral com uma componente institucional necessária para o desenvolvimento da agricultura no geral.
- Descrever os princípios gerais da extensão rural e a sua aplicabilidade.

Não se pretendem discutir, aqui, conceitos. Mas, estabelecê-los para uso neste manual, atualizando-os e renovando-os, à luz de muitos já estudados e utilizados em torno da extensão rural:

**Pedagogia** - ciência que é utilizada para a melhoria no processo de aprendizagem dos indivíduos, através da reflexão, sistematização e produção de conhecimentos. E por outro lado a **andragogia** - ciência utilizada na educação formal de adultos por meio de uma relação horizontal entre facilitador e alunos/as, utilizando a motivação e a experiência anterior de cada um, oferecida, analisada, discutida e somada à sua própria, no processo de aprendizagem.

Portanto, de acordo com Silva Filho (2010), a **Andragogia** tem outras premissas e orientações que não podem ser ignoradas ao se pretender fazer educação ou ensino de adultos. Em situações de aprendizagem, os adultos diferenciam-se de crianças e adolescentes, principalmente em relação ao auto-conceito, experiência, prontidão, perspectiva temporal e orientação de aprendizagem.

Outrossim, Freire (1991) citado por IAP (2013), vale ressaltar o cuidado que se deverá ter na forma de se comunicar, por meio do uso adequado deste determinado método.

O extensionista é um educador e este processo de educação se dá de maneira informal, onde todos os métodos de extensão são as ferramentas para a comunicação entre as pessoas. A comunicação há de ser “conscientizadora, participativa e dialógica, e é dentro deste contexto que se desenvolve o processo educativo” (FREIRE, 1991). Segundo França (1993) citado por IAP (2013), os métodos de extensão rural, também, podem ser referidos como métodos de comunicação e, na  
extensão

rural, muitas vezes são confundidos com meios de comunicação. Embora ele considere os métodos e os meios como coisa distinta é importante que haja melhor conhecimento sobre cada um deles para a condução dos trabalhos de extensão rural. O autor acima chama a atenção para que seja sempre lembrado que os métodos e os meios, embora interdependente, devem ser sempre combinados, entre si, de acordo com cada caso.

Chama-se, também, a atenção do uso de metodologia participativas no processo de extensão rural. Deste modo, Metodologia Participativa - entendida como estudo, classificação e sistematização de métodos construtivistas do conhecimento, fundamentada no diálogo, na troca de saberes, no planejamento e na gestão social. De acordo com Sambo (2003), a *metodologia participativa em extensão rural* - deve ser compreendida como um processo de acomodação e adaptação de métodos de ensino no processo educativo de assistência técnica e extensão rural, respaldada nos princípios da participação, diálogo, respeito aos saberes pré-existentes, exercício da cidadania e inclusão social.

**Extensão** - é um processo de educação informal através do qual extensionistas ensinam/educam com vista a melhorar a produtividade e produção agrárias. Porém Nhandale (2011), define extensão como sendo um processo contínuo de transmissão de informações úteis a população e sucessivamente de assistência a esta mesma população na aquisição de conhecimentos, capacidades e actividades necessárias para utilizar eficazmente essa informação ou essa tecnologia (a dimensão educativa).

O significado do conceito extensão rural pode ser diferente de pessoa para pessoa, apesar das diferentes interpretações existem aspectos em comuns nas diferentes concepções que serão realçadas com a finalidade de melhor abordar a sua construção conceptual.

Deste modo, a FAO (1991), define a **extensão rural** como sendo um processo contínuo de transmissão de informações úteis à população (dimensão comunicativa) e sucessivamente de assistência a esta mesma população na aquisição de conhecimentos, capacidades e atitudes necessárias para utilizar eficazmente essa informação ou tecnologia (dimensão educativa).

Sumariamente, é missão dos serviços de extensão, permitir que os produtores utilizem as suas capacidades, conhecimentos e informação para melhorar o seu nível de vida. Podendo ser utilizado quer pelo sector público e/ou privado, embora em Moçambique maior parte dos serviços de extensão rural são pertencentes ao sector público/estado.

Actualmente, os serviços de extensão rural em Moçambique são utilizados com eficácia em projectos agrícolas especificamente em transmissão de tecnologias para melhorar as capacidades produtivas e de acesso ao mercado, tanto para aquisição de insumos como para comercialização de excedentes de produção. Em suma a extensão, pode ser utilizada em diferentes contextos e por diferentes organizações para transmitir mensagens diferentes a diferentes grupos de pessoas ou agregados familiares.

De acordo com Maunder (1973) citado por FAO (1991), a expressão extensão rural restringe o âmbito e define a áreas de aplicação do processo de extensão. Assim sendo, a extensão rural para Maunder (1973) é um serviço ou um sistema de ajuda a população rural, através dos processos educativos, a melhorar os métodos e as técnicas agrícolas, a aumentar a eficiência da produção, e as receitas, a melhorar os seus níveis de vida e a elevar os seus padrões sociais e culturais de vida rural.

Em Moçambique a extensão rural é equiparada ao processo de transferência de tecnologias, mas isso é limitado, visto que o processo de extensão rural vai mais além, abarcando aspectos como fornecimento de factores de produção (insumos e mecanização) e prestação de outros serviços agrícolas. Porém, a extensão deve no final desenvolver capacidades aos produtores que lhes permita tomar decisões, pois, a nova tecnologia de produção, comercialização etc., traz consigo uma tremenda exigência destas qualidades.

A extensão rural deve auxiliar aos produtores no desenvolvimento de qualidades de direcção e organização, para que possa organizar-se melhor, intervir e/ou participar em mais cooperativas, sociedades de crédito e outras de ajuda mútua de forma aqui esses participem no processo de desenvolvimento das suas comunidades.

Embora o termo extensão rural seja uma parte essencial e fundamental no processo de transferência de tecnologia (dando a conhecer aos produtores a tecnologia rural avançada e o modo de utilizá-la), os dois conceitos não são sinónimos.

### Objectivos da Extensão Rural

De acordo com o Nhancale (2011), se pode destacar como principal objectivo da extensão é o desenvolvimento da população. Mas importa referir e afunilar na especificidade as funções da extensão, perpassam por ajudar a população a descobrir e analisar os seus problemas, suas necessidades sentidas e não sentidas. Neste processo de ensino e aprendizagem, interessa compreender as seguintes funções da extensão:

- Desenvolver a liderança entre a população e ajudá-la na organização de grupos para resolver os seus problemas;
- Disseminar informação baseada na investigação e/ou experiência prática, de tal maneira que a população aceitaria e a poderia por em prática;
- Manter, de tempo a tempo os investigadores informados dos problemas dos produtores para que eles possam oferecer soluções baseadas na investigação necessária;
- Contribuir para a segurança alimentar e aumento de renda familiar;
- Promover agricultura sustentável;
- Influenciar a mudança de atitudes;
- Induzir o desenvolvimento; e,
- Incrementar a qualidade de vida no meio rural.

---

### Sumário

Nesta **Unidade** temática 1. estudamos e discutimos fundamentalmente sobre os conceitos básicos em torno da extensão rural e o seu carácter educativo enquanto um meio de transmissão de informação e aprendizagem. De forma clara, buscou-se perceber que contributos se esperam da extensão rural na dinamização do desenvolvimento rural.

---

### Auto-avaliação

1. Qual a diferença existente entre a extensão e extensão rural?

2. De que forma se dá o processo educativo facilitado pelo extensionista?
3. Em que contexto se desenvolve esse processo educativo?
4. Que outra denominação podemos dar aos métodos de extensão?

---

### Exercícios

1. Defina a andragogia e sua aplicabilidade em extensão rural?
2. Diferencie a andragogia da pedagogia?
3. Quando é que a comunicação é considerada consciencializadora em extensão rural?
4. De que forma se dá o processo de comunicação em extensão rural?
5. Qual é a importância do uso de metodologia participativas em extensão rural?
6. Em Moçambique a extensão rural é equiparada ao processo de transferência de tecnologias, mas isso é limitado. Comente a afirmação.

---

### Referências Bibliográficas

FAO (1991). *Extensão Rural: Manual de Referência*. 2ª Edição. Roma. Disponível em: <https://books.google.co.mz/books?id=QdY9I1eqkPEC&lpg=P4&hl=pt-PT&pg=PP4#v=onepage&q&f=false>.

IAP (2013). *Manual de Metodologia de Extensão Rural*. Recife, PE

Nhancale, I. T (2011). *Conceitos Básicos sobre extensão rural e papel do extensionista*. Ministério da Agricultura. Direcção Nacional de Extensão Agrária. Maputo - Moçambique.

FRANÇA, A. P. (1993). *Metodologia de extensão rural: caracterização e uso adequado*. Recife: EMATER-PE/DECOM.

FREIRE, P. (s/d). *Educação e mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. v.1. (Coleção Educação e Comunicação).

FREIRE, P. *Guia de metodologia de extensão rural*. Rio de Janeiro: EMATER-RJ, 1996. 34p.

FREIRE, P. Manual de metodologia de extensão rural. Rio de Janeiro: EMATER-RJ, 1991. 174p.

SILVA FILHO, M. M da S. A educação em extensão rural: algumas questões essenciais. Natal: EMATER-RN, 2010. 116p.

VERDEJO, M. E. Diagnóstico rural participativo: guia prático. Brasília: MDA-Secretaria de Agricultura Familiar, 2006. 61p.

XIMENES, S. Minidicionário da língua portuguesa. 2. ed. rev e atual. São Paulo: Ediouro, 2000. 787p.

Maunder, A. H. (1973). *Agricultural extension: A reference manual. (abridged edition)*. Rome: Food and Agriculture Organization of United Nations.

---

## UNIDADE TEMÁTICA 1.2. Importância da Extensão no processo de desenvolvimento Rural

---

### Introdução

A extensão rural é uma actividade de grande importância para o desenvolvimento rural no mundo todo, principalmente dos países que almejam um crescimento económico significativo, como é o caso de Moçambique.

Apesar dos inúmeros constrangimentos no que concerne a implementação de políticas e estratégias clara de extensão rural atuantes que visem a inserção de novos trabalhos desta natureza o contexto moçambicano demonstra grande apresse por aqueles que vivem desta actividade que interliga a função no contexto rural aos interesses de toda uma sociedade, sendo, portanto necessário uma abordagem mais profunda acerca da importância da extensão na dinamização dos problemas actuais.

Ao completar esta unidade, você deverá ser capaz de:



#### Objectivos específicos

- Descrever os processos inerentes a extensão rural;
- Compreender o contributo da extensão rural para o processo de desenvolvimento rural;
- Analisar o papel do extensionista no processo de desenvolvimento rural;
- Aplicar os conhecimentos de extensão rural no processo de desenvolvimento rural.

O desenvolvimento deve implicar um processo de transformação no uso de tecnologias de produção tradicionais para outras cientificamente modernas que incluem novas componentes tecnológicas, tais como insumos melhorados, práticas agrícolas adaptadas e resilientes ao clima, fertilizantes/pesticidas quimicamente adaptados às características genéticas das plantas e composição química dos solos em que são cultivadas as culturas.

De acordo com a FAO (1991), para que o agricultor assuma e adoptem essas novas técnicas de produção com êxito, eles precisam

primeiro de conhecê-las e aprender a utilizá-las correctamente no seu sistema de produção/cultivo. Uma simples, como a adoção de uma nova variedade, pode requerer uma pequena contribuição da extensão. Contudo, para tal mudança ocorrer pode implicar uma variação do período de sementeira, uma maior densidade da população vegetal, um maior consumo de fertilizantes ou uso de pesticidas, os agricultores terão muito que aprender para adotar uma nova tecnologia com sucesso. Uma vez iniciado o processo de transmissão de novas tecnologias, a expectativa é que esse seja o primeiro passo rumo a sistemas agrícolas de produção mais intensivos e produtivos. Portanto, a função da extensão rural, independentemente de como é exercida, deve ser considerada como uma componente importante no processo de desenvolvimento rural.

É importante ressaltar que não se podem esperar resultados somente positivos do processo de extensão, sendo que os resultados podem variar de acordo com os objectivos, do tipo de beneficiários e do critério de avaliação dos resultados. A extensão é também criticada em não ser eficaz em persuadir os produtores a adoptar recomendações, quando na realidade, a tecnologia proposta pode ser inadequada a determinadas tecnologias propostas. Outrossim, a extensão tem sido ineficaz em certas situações devido a ineficiência de recursos, deficiente formação do pessoal do campo, problemas de mobilidade, escassez de recursos didácticos ou atribuição ao pessoal de campo de excessivas responsabilidades alheias a extensão, o que pode gerar conflitos de competência.

Para FAO (1991), a extensão rural tem como função essencial o desenvolvimento rural, os agricultores não podem adoptar com êxito uma nova técnica, a não ser que conheçam a sua existência e aprendam como incorporá-las no sistema produtivo vigente. Nos casos em que o conceito de extensão rural, tem sido aplicado

de maneira inadequada, resultando num aumento das desigualdades entre ricos e pobres, homens e mulheres, jovens e anciãos as consequências são lamentáveis. Portanto FAO (2001), adverte que é importante e essencial diferenciar o conceito de extensão em si, da tecnologia inadequada que pode ter sido difundida, ou dos objectivos inadequados que tenham sido propostos, intencionalmente ou não.

### **Evolução histórica da Extensão Rural**

As raízes históricas da extensão rural remontam ao Renascimento, quando surgiu um movimento pela ligação da educação as necessidades da vida humana e a aplicação da ciência as necessidades práticas. As primeiras publicações sobre agricultura nos séculos XVII e XVIII na Europa principalmente na França aonde foram estimuladas muitas publicações na área da agricultura conhecidas por A Enciclopédias (1751 - 1770), na Grã-Bretanha e até o ano de 1800 perto de 200 autores tinham escrito obras sobre a agricultura.

A evolução da extensão rural em países do terceiro mundo tais como Moçambique foi em grande medida um fenómeno pós-independência, e ocorreu depois de Segunda Guerra Mundial. A introdução de organizações de extensão rural em países africanos deu-se um pouco mais tarde, tendo a maioria destes serviços sido criados entre os anos 60 e 70 (Swanson e Rassi, 1981). Na maior parte destes países, a criação de organizações de extensão rural foi realizada através de assistência externa, particularmente da parte dos Estados Unidos de América. A falta de uma procura local ou popular para os serviços de extensão tem sido característica da maioria dos países do terceiro mundo: esta é provavelmente a maior diferença entre a experiência americana e europeia. Associado a isso, poucos países africanos possuíam na altura das suas independências, universidades ou escolas agrícolas, em quase todos eles, a extensão foi atribuída ao Ministério da Agricultura e não uma escola agrícola como é o caso dos Estados Unidos da América. Importa aqui referenciar que as actividades do extensionista em muitos países africanos foram iniciados em anos anteriores, aonde tais actividades estiveram associadas a esquemas de produção de produtos orientadas para o mercado.

De acordo com FAO (1991), as administrações coloniais promoviam actividades de investigação e extensão rural para cadeias como cana de açúcar, borracha, palmeira de óleo (coqueiro), amendoim e chá, pois a sua produção estava virada para exportação. Em muitos países africanos ainda existe este tipo de projectos de aumento da produção agrícola para o mercado. Ainda se denota nos países africanos uma grande escassez de pessoal qualificado em agricultura. Portanto, quando foram criadas as organizações de extensão rural, eram muitas das vezes nomeados funcionários ministeriais para trabalhar nas zonas rurais, e estes acabam ficando envolvidos em actividades administrativas e de controlo, para além das suas actividades alegadamente de extensão rural. Além disso muitos países havia pouca tecnologia agrícola para difundir pelo serviço de extensão, pois não existia um sistema operacional e produtivo de investigação agrícola.

---

## Sumário

Nesta **Unidade** temática 1.2 estudamos e discutimos fundamentalmente sobre a evolução da extensão rural em países do Terceiro Mundo, tal caso de Moçambique e os respectivos desafios que os serviços de extensão podem advir tendo em conta os contextos actuais. Ademais fizemos um rescaldo do processo histórico através do qual os serviços de extensão rural tiveram origem em Moçambique e o respetivo âmbito de actuação dos mesmos.

---

## Auto - avaliação

1. Para a FAO, que elementos são fulcrais para o agricultor adopte uma técnica ou prática?
2. Como a extensão rural pode alavancar o processo de desenvolvimento rural?
3. Pode acontecer o desenvolvimento rural, sem que a extensão esteja a funcionar em pleno?
4. De que forma o agricultor depende dos serviços de extensão rural?
5. Que relação existe entre a introdução de novas tecnologias agrárias e a extensão rural?

---

## Exercícios

1. Que factores implicam o desenvolvimento rural?
2. Por que é que a extensão rural tem como função essencial o desenvolvimento rural?
3. Por que é que é importante diferenciar o conceito de extensão e da tecnologia difundida?
4. A extensão rural é criticada por pressionar os produtores a adoptarem tecnologias inadequadas em alguns casos. Comente.
5. Que componentes devem ser consideradas no processo de desenvolvimento rural?

### Referências Bibliográficas

FAO (1991). *Extensão Rural: Manual de Referência*. 2ª Edição. Roma. Disponível em: <https://books.google.co.mz/books?id=QdY9I1eqkPEC&lpg=PP4&hl=pt-PT&pg=PP4#v=onepage&q&f=false>.

Rogers, E. (1983). *Diffusion of innovations*. 3rd ed. New York: The Free Press.

Holdcroft, L. F. (1982). *The rise and fall of community development in developing countries, 1950-1965: A critical analysis and implications*. In G. E. Jones & M. J. Rolls (Eds), *Progress in rural extension and community development*. Vol 1, *Extension and relative advantage in rural development*.

Beneor, D & Harrison, J. Q. (1977). \*9+0][POUYGFVCXZ

*Agricultural extension: The training and visit system*. Washington D. C.: The World Bank.

Maunder, A. H. (1973). *Agricultural extension: A reference manual. (abridged edition)*. Rome: Food and Agriculture Organization of United Nations.

---

## UNIDADE TEMÁTICA 1.3 Princípios Básicos da Extensão

---

### Introdução

A extensão é uma actividade meramente de carácter educativo em que a mensagem que se pretende transmitir deve estar clara e adequada as características físicas e psíquicas de quem queremos que receba a mensagem. Portanto, para que esse processo seja efetivado e tenha resultados desejados existem princípios e diretrizes que devem ser seguidos pelos intervenientes do processo de extensão rural.

Ao completar esta unidade, você deverá ser capaz de:



#### Objectivos específicos

- Identificar os princípios orientadores da actividade de extensão rural;
- Compreender a sua relevância e aplicabilidade na prática;

De acordo com Nhancale (2011), podemos destacar sete (7) princípios básicos da extensão rural descritos abaixo:

- A extensão trabalha com as pessoas e não para as pessoas (apresenta factos, fornece informação, possíveis soluções e encoraja a tomada de decisão);
- A extensão satisfaz as necessidades dos produtores e da organização (segue políticas da organização e satisfaz as necessidades do grupo-alvo);
- A extensão é o elo de ligação (apta tanto para receber como para dar, fazendo a ponte entre a investigação e o investigador);
- A extensão coopera com outros parceiros (fornece informações sobre outros serviços ajudando ao produtor a tomar decisões acertadas. Deve a extensão trabalhar com outras organizações que prestem serviços essenciais aos agricultores e as suas famílias);
- A extensão é um sistema integrado de desenvolvimento (trabalha com todos os problemas existentes na comunidade, sem destacar a saúde, a educação, a agropecuária ou a

juventude, dentro de um gradualismo correctos e realista);

- A extensão trabalha sempre com problemas existentes no meio rural;
- A extensão trabalha junto de diferentes grupos beneficiários (a extensão reconhece que nem todos os agricultores da mesma zona terão os mesmos problemas); e,
- O que um extensionista faz pelas pessoas é mais importante que o que faz para as pessoas.

Porém, FAO (1991), chama a atenção para que se siga à risca alguns princípios no processo de extensão rural, dando a perceber que se deve observar nos programas de extensão através de uma sequencia de sistemática de acções para promover a difusão e a utilização de conhecimentos quer de base científica quer autóctones em função dos contextos em que se pretende trabalhar de forma trazer conhecimentos que sejam pertinentes aos beneficiários. Deste modo, destacamos alguns princípios básicos de extensão rural defendidos pela FAO (1991), que enfatizam o grande relevo da extensão na participação dos beneficiários na tomada de decisão dos processos de planificação imediato e a longo prazo. Assim sendo destacamos os princípios a ter em conta em programas de extensão:

- A elaboração de programas de extensão é um processo sem fim;
- Em todo o lado podem sempre se encontrar maneiras para resolver a maior parte dos problemas e melhorar a qualidade de vida da humanidade;
- É possível seleccionar, organizar e administrar certos recursos/conhecimentos, tecnologia, pessoal, ambiente físico e métodos de ensino e aprendizagem de modo a ajudar a população a conseguir uma qualidade de vida mais desejável;
- O conhecimento e as capacidades dos profissionais, podem ser combinados com os conhecimentos e capacidades da população de modo a encontrar soluções optimizadas para os problemas e questões colocadas pelo desenvolvimento;

- A mudança é por vezes desejável e necessária, mas a mudança em si mesma nem sempre é desejável. As pessoas podem ser ajudadas a fazer escolhas ajuizadas na adopção de novos comportamentos ou na preservação de comportamentos antigos e venerandos;
- As bases das decisões de mudar não devem ser abordadas com ligeireza, mas devem ser consideradas com cuidado;
- As pessoas normalmente aceitam novas maneiras de pensar e agir para substituir as actuais, se considerarem que as novas têm certas vantagens e uma suficiente atração estética;
- A aprendizagem por vezes dá-se melhor se resultar duma escolha e dum esforço dirigido para por em prática essa escolha. Às vezes dá-se como consequência da interação, num ambiente ou clima social que favorece a aprendizagem circunstancial;
- É muitas vezes possível criar ocasiões e climas emocionais de apoio, de modo a melhorar a aprendizagem de novas atitudes e comportamentos; e,
- A educação pode ser vista como um meio de dar as pessoas o poder para controlar mais as suas vidas.

Outrossim, Nhancale (2011), enfatiza que existem também princípios orientadores que devem nortear os trabalhos dos extensionista ou da extensão rural onde o sucesso sobremaneira esta relacionado com a interação entre este e o produtor/camponês, nomeadamente:

- Conhecer/dominar a sua profissão (teoria e prática) - requer concentração. Evitar espalhar-se, evitar saber tudo. Saber não significa necessariamente saber de tudo, mas saber quem sabe;
- Estudar as condições e práticas locais incluindo a cultura da população - requer um exercício continuo e permanente, má fundamental no começo. Conhecendo a situação é fácil desenhar um programa de extensão que corresponde a realidade (numa extensão de resposta);

- Manter os compromissos marcados/assumidos com os produtores /camponeses - salvo por motivos de força maior, e, nessa altura, providencias deverão ser tomadas para colmatar a lacuna;
- Apresentar-se e explicar os objectivos da visita - ao visitar a comunidade e principalmente nos primeiros contactos;
- Fixar caras e nomes - procurar conhecer cada membro da comunidade entanto que pessoa. O seu nome é uma canção que qualquer um gosta de ouvir;
- Cumprimentar todas as pessoas que conhece - (esteja onde estiver), faz parte das boas maneiras;
- Amar e estar sinceramente interessado pelo bem-estar da comunidade - amar é a obrigação não é opção é amor é língua que não precisa de tradução;
- Identificar-se com as pessoas tanto quanto possível;
- Ser informal e delicado - não ser demasiado efusivo, nem demasiado reservado. O extensionista deve ser uma pessoa que procura ser equilibrada;
- Desenvolver a arte de saber ouvir (rápido a ouvir e lento a responder) - não é um exercício fácil, mas faz isso tornar-se um hábito, é um investimento que só dá lucros;
- Usar a língua local e linguagem simples - isso facilita a comunicação. O importante não é usar uma linguagem estranha ou falar difícil, mas sim, o resultado que se obtém;
- Começar com necessidades simples e comuns que podem ser facilmente satisfeitas (para ganhar confiança) - pensar grande é bom e necessário, mas é bom começar pequeno, quando as condições não permitem o contrário;
- Se descobrir que errou admita o erro, se for ignorância admita a ignorância;
- Insistir que os representantes da comunidade ou grupo, tomem parte do processo de elaboração, execução e avaliação dos programas ao nível das comunidades;

- Usar os líderes locais e cooperar com todas as pessoas e organizações que trabalham para o desenvolvimento da comunidade;
- Procurar estender os benefícios da extensão a todos os grupos e indivíduos - não só restringir aos amigos ou conhecidos, mas também aos desfavorecidos, a mulher, a jovens, escolas, antigos combatentes, militares. O que importa é para cada caso definir muito bem o seu grupo alvo;
- Saber acomodar novas ideias ou introduzir correções ao programa (diálogo) - sentar e conversar, não para vencer, mas para convencer;
- Ter um sistema de valores muito forte - o extensionista não deve assinar um Memorandum de entendimento consigo mesmo;
- Manter os registos das visitas, e logo depois das realizações das mesmas, enquanto a memória estiver fresca; e,
- Ser proactivo.

---

## Sumário

Nesta **Unidade** temática 1.4 estudamos e discutimos fundamentalmente sobre os princípios norteadores da actividade de extensão rural e a sua relevância no processo de interação com os agricultores no contexto rural e de transferência de tecnologias de produção. Buscou-se ademais, abordar sobre elementos necessários que fazem com que o extensionista organiza e usa a informação colhida no exercício da sua função.

---

## Auto - avaliação

1. Por que é que se diz que a extensão fornece informação, possíveis soluções e encoraja a tomada de decisão?
2. Qual é a importância de se manter registo das visitas?
3. Por que é que o extensionista não deve assinar memorandum de entendimento consigo mesmo?
4. Em que consiste a pro-actividade do extensionista?

---

## Exercícios

1. O que é extensão?
2. Quais são as vantagens de se definir os grupos alvos no âmbito da extensão rural?
3. Que papel desempenham os líderes locais no processo de extensão rural?
4. Usar a língua local e linguagem simples - isso facilita a comunicação. Comente
5. O importante não é usar uma linguagem estranha ou falar difícil, mas sim, o resultado que se obtém. Argumente.
6. Por que a elaboração de programas de extensão é um processo sem fim?

## Referências Bibliográficas

FAO (1991). *Extensão Rural: Manual de Referência*. 2ª Edição. Roma. Disponível em:

<https://books.google.co.mz/books?id=QdY9I1eqkPEC&lpg=P4&hl=pt-PT&pg=PP4#v=onepage&q&f=false>.

Nhancale, I. T (2011). *Conceitos Básicos sobre extensão rural e papel do extensionista*. Ministério da Agricultura. Direcção Nacional de Extensão Agrária. Maputo - Moçambique.

Rogers, E. (1983). *Diffusion of innovations*. 3rd ed. New York: The Free Press.

---

## UNIDADE TEMÁTICA 1.4 Modelos alternativos, Abordagens de Extensão Rural e tendências actuais na organização da extensão rural

---

### Introdução

Nas últimas três décadas tem sido utilizada muitas e diversas abordagens para o desenvolvimento ou melhoramento dos diferentes sistemas nacionais extensão rural. Para FAO, estes podem ser considerados modelos alternativos de organização, sendo que o conhecimento profundo destes modelos é importante para uma melhor compreensão de extensão, assim como para o reconhecimento das vantagens e desvantagens de cada um.

Ao completar esta unidade, você deverá ser capaz de:



#### Objectivos específicos

- Conhecer os diferentes sistemas de extensão rural;
- Descrever e aplicar cada sistema de extensão rural tendo em conta os contextos e as necessidades.

### Sistemas comuns de extensão rural

Os primeiros três modelos a examinar entram na categoria dos sistemas comuns de extensão rural. O primeiro, uma abordagem convencional, é uma tentativa de resumir algumas características e problemas fundamentais das organizações da extensão rural em muitos países do Terceiro Mundo. FAO (2011), adverte que muitos desses sistemas foram criados muito antes que existissem sistemas mais eficazes de investigação agrícola, sendo que na maior parte das vezes essas instituições não possuíam uma mensagem para transmitir a extensão. Associado a isso tais organizações haviam sido criadas no âmbito dos Ministério da Agricultura, portanto, acabam por si encontrar cada vez mais envolvidas na execução de todo o tipo actividades de administração pública ao nível local. Organizações como Banco Mundial introduziu, e em grande medida apoiou, um novo modelo para melhorar os sistemas em países onde a sua organização era muito débil e realizava pouco em nenhum trabalho de extensão. Esse modelo é conhecido como o Training and Visit System ou T & V System (Sistema de Formação e Visita ou Sistema F & V) e concentra-se nos pontos fracos e específicos

dos sistemas nacionais.

Deste modo, podemos examinar como a extensão rural em três (3) sistemas, sendo eles:

i. Sistemas de desenvolvimento da produção de mercadorias agrícolas - é essencialmente uma continuação do sistema de desenvolvimento e transferência de tecnologia que os governos coloniais criaram para aumentar a exportação de determinados produtos agrícolas, tais como a borracha, o café, o amendoim e o açúcar.

ii. Projectos de desenvolvimento agrícola integrado - forma produtos dos anos 70 e da constatação de que, para haver desenvolvimento rural, todos os componentes institucionais dum sistema agrícola têm de ser efetivamente coordenados e colocados a disposição dos agricultores.

iii. Projectos de desenvolvimento rural integrado - tem as suas raízes nos esforços para o desenvolvimento comunitário e no modelo de Animation Rurale (dinamização rural) que foi adoptado por muitos países africanos de língua francesa.

- **Abordagem Convencional à Extensão Rural**

De acordo com FAO (1991), trata-se uma classificação muito vasta que abarca muitas organizações de extensão rural em geral dos países do Terceiro Mundo. É difícil generalizar ou falar destas organizações pois esta categoria inclui uma gama muito ampla de sistemas de extensão nacionais.

Nesta abordagem segundo FAO (1991), os objectivos de extensão nesta abordagem focam-se em torno do aumento da produção agrícola nacional, incluindo as culturas alimentares e de exportação, e a produção animal. Como também, serem adicionalmente adoptados implícita ou explicitamente como objectivos adicionais o aumento de receitas e da qualidade da vida da população rural.

### **Beneficiários**

Os beneficiários das organizações de extensão rural geral devem ser os agricultores. Dado que muitos países dispõem de pouco de pessoal extensionista capacitado em número suficiente e em condições de chegar a toda a população rural, muitas vezes

definem-se grupos de referência ou então utilizam-se multiplicadores da difusão tais como agricultores de contacto, agricultores-demonstradores, etc. Para FAO (1991), se um país optar por essa abordagem de extensão e estiver interessado no aumento global de produção de alimentos e/ou de produtos agrícolas de exportação para entrada de divisas, poderá ter a tendência de a centrar a sua atenção nos produtores comerciais (grandes) e mais produtivos em detrimento dos pequenos produtores. Deste modo, podem maximizar os efeitos dos recursos limitados de extensão existentes sobre os objectivos macroeconómicos. Nestes casos, os pequenos produtores, as mulheres e jovens produtores, poderão receber pouca ou nenhuma atenção, quer em termos de investigação, quer em termos de investigação e extensão. Mas caso haja uma necessidade do desenvolvimento rural de ampla base, e o serviço de extensão desejar maximizar o seu efeito sobre todos os recursos humanos nas zonas rurais, estão todas as categorias de agricultores deverão ser incluídas como beneficiários fundamentais da extensão.

### **Organização e finalidade**

Como anteriormente referenciado os países do Terceiro Mundo criam a organização de extensão baseado no Ministério de Agricultura. De acordo com FAO (2011), além das responsabilidades formativas destas organizações de extensão rural geral, o pessoal extensionista pode ser responsável pela execução da maioria de projectos e actividades ministeriais ao nível local. Assim, poderá ter que vender e distribuir factores de produção, exercer funções de controlo, arbitrar conflitos, recolher dados agrícolas e gerir subsídios. Na prática tornam-se mais representantes locais do governo para os problemas rurais, do que extensionista rurais a tempo inteiro. Este tipo de regime de trabalho influi diretamente, e em geral negativamente, na capacidade e possibilidade do extensionista cumprir a sua tarefa de extensão.

### **Abordagem**

Na maioria dos países, os extensionista concentram-se em torno de métodos específicos de extensão, nomeadamente visitas as farmes ou machambas dos agricultores, e respostas aos pedidos direccionados aos serviços de extensão. Alguns países possuem serviços de

informação rural que produzem programas de radio e outros materiais destinados aos meios de comunicação social, além de publicações e materiais didáticos. Contudo, a falta de tecnologia moderna e de material didático apropriado para uso em reuniões em grupo, faz com que geralmente o pessoal extensionista do campo realize pouco trabalho educativo e de comunicação.

### **Papel do Extensionista**

Por definição, o papel do extensionista é o de educador e comunicador. Este deve ser capaz de detetar os problemas dos agricultores e as limitações de produção. Trabalhando em estreita ligação com investigadores e especialistas, o extensionista deve difundir informações úteis sobre novas técnicas e ensinar os agricultores a usa-las adequadamente para aumentar a produção e as próprias receitas. Evidentemente, este conjunto de responsabilidades é por natureza educativo e, dado ao elevado número de agricultores por atingir esse trabalho os extensionista tem se optado por contractos há tempo inteiro.

Para os casos em que os em que os extensionista desempenham um papel de representantes locais do governo para questões rurais, serão mais funcionários sem muita pujança do que educadores. Este tipo de funções, alheias a extensão, normalmente tem produzido um grave conflito de competência para o pessoal do campo, com prejuízo significativo para sua função enquanto extensionista. Em casos em que isso acontece, a extensão fala por completo o seu papel enquanto educador e promotor de mudanças nas zonas rurais.

- **Sistemas de Formação e Visita (SFV)**

O sistema de formação e visita (SFV), não é um novo modelo de extensão. Para FAO (1991), trata-se de uma tentativa de reformar e melhorar a eficácia das organizações extensionista convencionais. Contudo, com essa forma de melhoramento, dos sistemas nacionais de extensão tem sido amplamente adoptada e modificada por países do Terceiro Mundo, em grande medida através de encorajamento do Banco Mundial.

### **Objectivos**

O Sistema de Formação e Visita (SFV), são similares aos modelos convencionais acima mencionado, embora o SFV tenha como objectivos

o aumento da produção e as receitas individuais de cada agricultor. Neste modelo, parte-se implicitamente da suposição de que se os agricultores aumentam a sua produção e as receitas, a produção agrícola nacional aumenta como consequência.

Deste modo para Beneor e Harrison (1977), o modelo SFV, procura resolver os seguintes problemas:

- Melhorar a organização da extensão, criando um canal único e dentro da assistência técnica e controlo administrativo;
- Transformar o papel multifacetado desempenhado actualmente por muito extensionista, numa função com um único objectivo de claramente definido, compreendendo unicamente as actividades de educação e comunicação;
- Aumentar a cobertura efetiva da extensão, limitando o número de famílias ou lares de agricultores a visitar pelo extensionista;
- Melhorar a mobilidade, fornecendo meios de transporte adequados para que cada extensionista possa contactar regularmente com todos os agricultores que lhe são atribuídos;
- Melhorar a capacitação técnica de cada extensionista e os seus conhecimentos sobre novas técnicas agrícolas, organizando regularmente sessões de formação profissional;
- Aumentar contactos entre a extensão e a investigação agrícola através da inclusão de mais especialistas encarregados de manter contactos com os seus contrapartes investigadores e assegurar um fluxo contínuo de informações, para transmitir por um lado a tecnologia aos agricultores, e por outro os problemas dos agricultores aos investigadores;
- Melhorar a situação dos extensionistas atribuindo-lhes tarefas bem definidas com razoáveis possibilidades de cumprimento com êxito; isto aumentará a sua responsabilidade na comunidade, ajudando-lhes a

adquirir a autoconfiança;

- Reduzir a duplicação de serviços que ocorre quando a extensão é fragmentada em diferentes ministérios (por exemplo, agricultura, pecuária e silvicultura), ou é vinculada em novos esquemas regionais ou de desenvolvimento de produção mercantil, num país ou província que possui um sistema de extensão rural de carácter geral.

### **Beneficiários**

Os beneficiários do SFV, são todos os agricultores da zona coberta pelo extensionista. Sendo que os agricultores de contacto de cada zona apenas representam 10% dos agricultores de cada povoação. A abordagem de SFV inicialmente seleccionava os agricultores mais avançados de cada região para serem convertidos em agricultores de contacto. Por esses terem um maior acesso e não serem representativos da maioria dos pequenos produtores da zona, isto limitava a difusão da tecnologia nas comunidades. Porém, actualmente os extensionistas são orientados a escolher agricultores de contacto que sejam representativos de todos os principais grupos de agricultores em cada comunidade.

### **Organização e âmbito**

A organização do SFV baseia-se no número total de famílias de agricultores ou núcleos domésticos ao que o extensionista pode razoavelmente prestar assistência. Este número depende da densidade populacional, da existência de estradas, da intensidade e diversidade de culturas. De acordo com este modelo a proporção de cobertura do extensionista pode variar entre: 1:1.200 ou 1:1.300, com uma média em torno de 1:800. Todas as famílias de agricultores no núcleo do extensionista são divididos em oito grupos de tamanho aproximadamente igual, sendo que os agricultores de contacto devem representar cerca de 10% deste grupo. Portando, numa situação média um extensionista trabalharia com 10 agricultores de contacto em cada uma de 8 povoações ou zonas, que por sua vez representariam 100 famílias de agricultores ou núcleos domésticos. Deste modo, tendo se definido qual a proporção adequada de extensionista por família de agricultores ou núcleos domésticos, torna-se fácil calcular o número de extensionista

necessários de cada zona: bastando para isso dividir o número total de família de agricultores ou núcleos domésticos pelo denominador desta proporção.

### **Abordagem e papel do extensionista**

O SFV funciona em torno de uma serie de visitas quinzenais com um calendário fixo conhecido pelos agricultores e pelo pessoal técnico e de supervisão. O extensionista recebe um dia de formação por semana a primeira semana os ETs (Especialistas técnicos) conduzem a formação, enquanto que durante a segunda semana os extensionista realizam uma sessão de formação mais informal abordando problemas concretos. Os extensionista visita quatro grupo de agricultores numa semana e os restantes quatro na outra semana. A escala de trabalho é impressa e entregue aos seus respetivos supervisores, tornando-se fácil organizar as visitas de supervisão a cada extensionista. Geralmente o objectivo destas visitas é de ver como ele esta a trabalhar e a providenciar todo o apoio que seja necessário.

Inicialmente, o objectivo da extensão é de transferência de tecnologia de baixo custo e de baixo risco aos agricultores (tais como práticas de cultivo e variedades melhoradas), que permitem o aumento da produção e das receitas. Posteriormente, quando o agricultor adquire confiança nas novas recomendações técnicas, podem se apresentar outras melhorias que incluem o uso de factores de produção. Nesta altura o agricultor deve estar em condições de poder experimentar estes novos componentes tecnológicos que aumentarão ainda mais a sua produtividade e receitas.

### **Observações gerais**

A abordagem de SFV procura reformar uma organização convencional de extensão que pode estar a realizar muitas actividades alheias à extensão, portanto, o processo de mudança organizativa pode não ser tranquilo e facilmente aceite. Num computo geral o SFV refere aos seguintes aspectos:

- i) É excessivamente orientado de cima para baixo e não permite uma suficiente participação do agricultor no processo de formulação do programa;

- ii) O sistema de agenda quinzenal é demasiadamente rígido, particularmente durante a estação morta;
  - iii) É excessivamente intensivo em termos de trabalho humano, requerendo um grande número de extensionista para os quais o país pode não ter disponibilidade de recursos;
  - iv) Não utiliza de forma eficaz os meios de comunicação em massa;
  - v) Devido a carência de especialistas em quase todos os países do Terceiro Mundo (como Moçambique), a ligação entre a extensão e a investigação é fraca, o que resulta numa formação e apoio técnicos deficientes;
  - vi) Como muitas destas organizações de extensão são administradas de modo autoritário, geralmente o trabalho de supervisão não é suficientemente positivo e nem fornece apoio para melhorar o moral do extensionista.
- **Sistema para o desenvolvimento da produção destinada a comercialização**

A função da extensão nestes sistemas, encontra-se geralmente em outros aspectos da transferência de tecnologia, tais como fornecimento de factores de produção e outros serviços agrícolas, além de possuir boas ligações tanto com os investigadores como com os agricultores. Um dos aspectos característicos deste sistema é de ter um âmbito muito restrito (um único produto) e como abarcam completamente toda a organização de cada fase do processo de desenvolvimento e de transferência de tecnologia, incluindo geralmente a fase da comercialização, que podem ser caracterizados como sistemas de produção verticalmente integrados.

### **Objectivos**

Os sistemas de desenvolvimento de produção agrícola para a comercialização é o de produzir e comercializar produtos relativamente de valores muito altos, de maneira eficaz e rentável, sendo que estes produtos são geralmente produzidos para a exportação, não descorando que podem ser também produtos para o consumo. A produção com a finalidade de

exportação, são muito importantes para os países, sobre tudo na captação de divisas. Os sistemas deste tipo que obtiveram êxito, encorajam a participação a participação do agricultor através da participação dos lucros, aumentando as receitas do produtor, e reinvestem continuamente no desenvolvimento e transferência de tecnologia, garantindo assim continuo melhoramento dos sistemas de produção.

### **Beneficiários**

O sistema relacionado com o desenvolvimento de produtos agrícolas de valor comercial é geralmente definido consoante determinadas características ecológicas de um país. Por exemplo as culturas de café, chá, macadâmia e café são mais adaptadas a determinada atitude nos trópicos, o que incide na qualidade dos produtos.

### **Organização e âmbito**

Os sistemas de desenvolvimento da produção de produtos agrícolas destinados à comercialização geralmente abrangem um único produto, portanto, o desenvolvimento e transferência de tecnologia, bem como a função de comercialização, são geralmente administrados por um organismo estatal. O controlo da comercialização deste produto permite a este organismo organizar a investigação, o abastecimento de factores de produção, o crédito e os serviços de comercialização para os agricultores, e depois recuperar com o lucro destes serviços.

### **Abordagem**

O controlo de qualidade é geralmente o factor principal na determinação da tecnologia de produtiva. Deste modo, os agricultores não têm alternativa senão utilizar os factores de produção e as recomendações técnicas que recebem. Se não o fizerem, o seu produto poderá não ser comprado pela organização. Geralmente, a tecnologia produtiva destes produtos esta bem consolidada, portanto, os produtores devem seguir os conselhos dos extensionistas ou técnicos para poder participar no programa e vender o seu produto. Alguma literatura, dá ao nome a este sistema de extensão contratual. O agricultor assina um contrato para cultivar o produto usando as práticas recomendadas, e a organização paraestatal assina um

contrato em que se compromete a comprá-lo por um determinado preço.

### **Papel do extensionista**

Nestes sistemas as recomendações técnicas (a mensagem de extensão), o abastecimento de factores de produção e outros serviços agropecuários estão estreitamente relacionados entre si. Portanto, é comum que um indivíduo, o agente técnico, trate de todos os aspectos de transferência de tecnologia. O extensionista faz o acompanhamento da produção da zona em que lhe foi atribuída, e quando surgem problemas, ou quando se torna necessário um determinado fator de produção, o extensionista fornece a assistência técnica como factor de produção necessário. Pelo facto deste sistema ser geralmente aplicado a produtos de elevado valor comercial, e comum e possível encontrar extensionista especializado por produto e não por função.

- **Projectos de desenvolvimento agrícola integrado**

De acordo com a FAO (1991), nos princípios dos anos 70 chegou-se a conclusão que para haver desenvolvimento agrícola, todos os camponeses institucionais que intervêm no processo deveriam ser coordenados e direccionados para a obtenção de uma maior produção agrícola. Normalmente os esforços giravam em volta de programas apoiados por doadores numa zona geográfica específica e centrados num único conjunto de problemas produtivos.

### **Objectivos**

Os objectivos de tais projectos eram geralmente de tipo produtivo, visando o aumento da produção e outros produtos agrícolas nas áreas de intervenção do projecto. Além disso, visavam demonstrar que podiam haver desenvolvimento agrícola através da utilização de uma abordagem integrada.

### **Beneficiários**

Os beneficiários incluem todos agricultores da área de intervenção do projecto. Contudo, onde os recursos eram insuficientes, geralmente os agricultores mais ricos e avançados tendiam a aproveitar melhor os novos factores de produção,

créditos e serviço de comercialização existentes na área do projecto.

### **Organização e âmbito**

Normalmente estes projectos criam uma estrutura de gestão e um sistema de assistência técnica próprios, pois considerava-se ser muito difícil reformar as instituições responsáveis pelo apoio aos agricultores existentes. Deste modo, os projectos tinham tendência a criar um ambiente artificial, recrutando pessoas entre as mais competentes do ponto de vista técnico do país. Isto era feito aumentando os salários do pessoal do projecto e fornecendo meios de transporte, recursos e outros factores considerados essenciais para a realização de um projecto de desenvolvimento agrícola bem coordenado.

### **Abordagem**

Em muitos casos, esses projectos não introduziam nos sistemas agrícolas nenhum componente tecnológico significativamente melhorado. Essencialmente partiam do princípio de que a tecnologia de produção existente era adequada e que os principais factores limitantes eram a falta de coordenação ou de factores de produção. Portanto, colocavam-se à disposição factores de produção especiais, créditos, actividades de extensão, comercialização e outros serviços agrícolas de maneira bem coordenada. Ao nível local, o mecanismo era por vezes um centro de serviços ao agricultor, onde este podia apresentar, obter crédito e adquirir factores de produção, e ainda receber conselhos sobre como utilizar esses factores de produção de maneira eficaz.

### **Papel do extensionista**

Nos programas de desenvolvimento agrícola integrado os extensionistas podem desempenhar diferentes papéis. Teoricamente, prevê-se que ajudem aos produtores a adquirirem novas alternativas e ter acesso aos factores de produção, créditos, serviços de comercialização, de modo a aumentar a produção e as próprias receitas. Mas na falta de pessoal capacitado em agricultura, os extensionistas encontraram-se cada vez mais envolvidos no fornecimento de factores de produção e serviços. O fornecimento de factores de produção, créditos e outros serviços parece ser um trabalho muito bem definido e

que dá mais realização pessoal do que a realização de projectos de extensão. Como consequência disso, FAO (1991), avança que, esta última tarefa pode ser negligenciada por projectos de desenvolvimento agrícola integrado, a não ser que seja dada maior prioridade e orientação à função de extensão.

- **Programas de desenvolvimento rural integrado**

Os programas de desenvolvimento rural integrado são, em certos aspectos, uma combinação entre os projectos de desenvolvimento comunitário dos anos 50 e o início dos anos 60 e a abordagem *animations rurale* da africa francófona. Estas abordagens continuam a refletir o conceito mais amplo do desenvolvimento rural, incluindo os factores sociais como os económicos. Portanto FAO (1991), pressupõe que estes programas deveriam incluir uma componente de geração de receitas, provavelmente com a utilização de uma nova tecnologia agrícola. Ao mesmo tempo, continua a dar-se grande importância a uma ampla participação da população rural mais pobre na planificação, execução e avaliação dos projectos. Estes projectos visam explicitamente habituar a população rural a fortalecer as instituições próprias.

### **Objectivos**

Estes projectos geralmente refletem os objectivos quer económicos quer sociais. Portanto supõe-se que a introdução de uma nova tecnologia adequada, visando designadamente o aumento da produção agrícola, produza novas receitas que possam reforçar e ampliar os objectivos sociais. A participação activa é uma preocupação central destes programas, particularmente no sentido de aumentar a autossuficiência e a iniciativa local. Estes projectos de desenvolvimento rural tem também como objectivos a melhoria da saúde, da alimentação e da educação básica.

### **Organização e âmbito**

De acordo com Holdcroft (1982), os programas de desenvolvimento rural integrado enfrentam os inevitáveis conflitos entre generalistas e especialistas, como sucedia nos programas de desenvolvimento comunitário do passado recente. O problema é como coordenar e concentrar os departamentos técnicos (designadamente os relativos à agricultura) sob um controlo

único. Ele sugere que, em vez de impor um departamento desde cima, poderia ser mais adequado criar instituições autónomas a nível de aldeia ou a um nível semelhante.

### **Abordagem**

Uma abordagem que pode ser utilizada ao iniciar um programa de desenvolvimento rural integrado é a de estabelecer um projecto - piloto na zona designada. A finalidade deste piloto seria a de definir a metodologia para a formulação do programa de desenvolvimento rural. Um dos principais aspectos a abordar é a definição dum “pacote tecnológico” útil, que possa aumentar a produção e as receitas. Além disso, a população rural pobre deveria ser diretamente envolvida para avaliar as suas necessidades nas zonas-piloto, e para então definir as prioridades em termos de desenvolvimento rural. Portanto, FAO (1991), adverte que é provável que uma equipa do projecto - piloto inclua quer generalistas - mais preocupados com o processo em si, quer especialistas técnicos - cuja a preocupação direta será a definição e introdução de nova tecnologia agrícola, bem como de outras inovações ou serviços. Uma vez definido os aspectos que podem ser melhorados, então a área do projecto pode ser ampliada, usando o projecto - piloto como sede formação para o pessoal recém-chegado.

### **Papel do Extensionista**

Os generalistas serão essencialmente dinamizadores e catalisadores, que deverão levar a população rural pobre a participar no processo de elaboração, execução e avaliação do programa. Os especialistas técnicos deverão trabalhar directamente com os pequenos agricultores para desenvolver, experimentar e depois demonstrar a tecnologia melhorada. O modo em que as diversas organizações de serviço devem coordenar o seu trabalho com o do pessoal de extensão deve ser definido durante a fase piloto.

### **Aspectos comuns**

Geralmente, as expectativas depositadas no trabalho de extensão são complexas e diversificadas. Diferentes organizações no mesmo país poderão ter diferentes objectivos de extensão. As vezes os objectivos estão em conflitos uns com os outros. Os agricultores podem querer aumentar as suas receitas e

bem-estar familiar, enquanto a população urbana pode desejar um abastecimento adequado de alimentos de qualidade a preços aceitáveis. O governo pode querer ambas as coisas, e além disso ainda melhorar a balança de pagamentos através do aumento das exportações agrícolas ou da redução da importação de alimentos (substituição de importações). Para Rogers (1983), apesar de existirem algumas expectativas diferentes nos modelos acima mencionados, podemos encontrar alguns aspectos em comum que merecem a nossa atenção:

1. Antes de mais a extensão tem que ser guiada pelas necessidades e objectivos dos beneficiários. Portanto, a família do agricultor ou o núcleo familiar rural são considerados como beneficiários principais;
2. A extensão per se é “desenvolvimentista”, por definição. Os extensionistas devem partir daquilo que os agricultores e as suas práticas agrícolas. Para além disso, eles devem relacionar as mudanças com os interesses e valores próprios destes agricultores. A investigação demonstra que o método a usar o contacto directo e de considerar o agricultor como o centro do processo é muito importante, se deseja atingir a população rural e pobre.
3. Embora existe um consenso de que a extensão deve ser centrada no beneficiário, é também uma realidade que a maioria das comunidades são heterogéneas por natureza. Uma nova tecnologia pode ser muito útil e adequada para um grupo de agricultores, mas completamente inadequada para outro. Existe um consenso de que para obter o desenvolvimento rural generalizado, a que resolver os problemas de cada um dos principais grupos de beneficiários.

---

## Sumário

Nesta **Unidade** temática 1.6. estudamos e discutimos fundamentalmente sobre os diferentes modelos aplicados em extensão rural, seus objectivos âmbitos e grupos alvo. Procurou-se abordar de forma suscita os contextos em que cada um deles pode ser aplicado e os factores adjacentes e escolha de um em detrimento do outro.

---

### Auto - avaliação

1. Que características evidenciam o Programa de Desenvolvimento Integrado?
2. Que características evidenciam os Projectos de desenvolvimento rural integrados?
3. Que características evidenciam os Sistemas para o desenvolvimento da produção destinada à comercialização?
4. Que características evidenciam os Sistemas de formação e visita?
5. Que características evidenciam a Abordagem convencional de extensão?

---

### Exercícios

1. Diferencie programa de desenvolvimento integrado quanto ao pape; do extensionista?
2. Que semelhanças existem entre os Sistemas para o desenvolvimento da produção destinada à comercialização dos Sistemas de formação e visita?
3. Diferencia quanto ao papel do extensionista a Abordagem convencional de extensão e os Projectos de desenvolvimento integrado?
4. Quanto a abordagem qual dos modelos estudados estão mais voltados para agricultura do sector familiar.
5. Quais são as vantagens e desvantagens de cada um dos modelos estudados tendo como base agricultores do sector familiar moçambicano?

### Referências Bibliográficas

FAO (1991). Extensão Rural: Manual de Referência. 2ª Edição. Roma. Disponível em: <https://books.google.co.mz/books?id=QdY9I1eqkPEC&lpg=PP4&hl=pt-PT&pg=PP4#v=onepage&q&f=false>

Rogers, E. (1983). Diffusion of innovations. 3rd ed. New York: The Free Press.

Holdcroft, L. F. (1982). The rise and fall of community development in developing countries, 1950-1965: A critical analysis and implications. In G. E. Jones & M. J. Rolls (Eds), Progress in rural extension and community development. Vol 1, Extension and relative advantage in rural development.

Beneor, D & Harrison, J. Q. (1977). \*9+0][POUYGFVCXZ  
Agricultural extension: The training and visit system.  
Washington D. C.: The World Bank.

Maunder, A. H. (1973). Agricultural extension: A reference  
manual. (abridged edition). Rome: Food and Agriculture  
Organization of United Nations.

## TEMA - 2: PLANIFICAÇÃO DA EXTENSÃO AGRÁRIA E O PROCESSO DE MONITORIA E AVALIAÇÃO

### Unidade Temática 2.1. Introdução

---

#### UNIDADE TEMÁTICA 2.1. Introdução

---

##### Introdução

A planificação em extensão agrária consiste na descrição metódica de como deverá ser organizado um conjunto de actividades e acções que serão executadas em um dado período de tempo, visando alcançar objetivos determinados, em função de um público alvo previamente definido. A Planificação da extensão agrária é um momento de reflexão sobre as melhores alternativas de acção em um dado contexto rural específico. É necessário buscar descobrir as melhores alternativas, avaliar suas consequências, convencer todos os envolvidos de sua importância e viabilidade e possuir capacidade técnica e operacional de executá-las da melhor maneira possível.

Ao completar esta unidade, você deverá ser capaz de:



##### Objectivos específicos

- Planificar de forma precisa, ser ainda dinâmica e flexível de modo a admitir correções e aperfeiçoamento das propostas e metas, assim como deve ser possível ajustá-lo, no caso de pequenas mudanças no contexto mais geral

Para De Souza (s/d), uma boa planificação precisa ser ainda dinâmica e flexível de modo a admitir correções e aperfeiçoamento das propostas e metas, assim como deve ser possível ajustá-lo, no caso de pequenas mudanças no contexto mais geral (grandes transformações exigiriam um novo).

A planificação pode ser dividida em três etapas:

- Diagnóstico da realidade;
- Elaboração do Plano de Trabalho e/ou Projeto;
- Avaliação dos resultados

Estas etapas foram destacadas por apresentarem características que podem ser melhor compreendidas quando examinadas de modo específico; mas não são estanques e se interrelacionam: o diagnóstico pode ser entendido como uma das fases do plano de trabalho e a avaliação dos resultados não deve ser realizada somente ao final, mas de preferência também durante o processo.

### 1. Diagnóstico da realidade

Para estabelecer os objetivos de um trabalho é necessário conhecer em detalhes uma determinada realidade, identificar os problemas (e suas causas) e as potencialidades existentes. De Souza (s/d), adverte que os objetivos devem sempre solucionar problemas ou desenvolver potencialidades, daí a importância de se realizar um diagnóstico adequado da realidade. O diagnóstico em extensão rural consiste no conhecimento, análise e interpretação dinâmica de uma determinada realidade, como uma região, um município, uma comunidade, os produtores de uma microbacia, os agricultores de uma cooperativa ou clientes de uma empresa, etc.

Antes de iniciar um diagnóstico é necessário que fazer uma delimitação do público e da área a ser pesquisada, e a definição dos objetivos específicos pretendidos. Deve-se ter claro também se o diagnóstico se destina a fornecer subsídios a um plano geral de trabalho ou visa levantar informações detalhadas para um projeto específico. Estes aspectos é que irão definir quais informações são necessárias e a forma mais adequada para coletá-las.

Para De Souza (s/d), normalmente o diagnóstico envolve a coleta e análise de informações sobre:

- a) As características econômicas, sociais, culturais e outras do grupo social (público) com o qual se objetiva trabalhar;
- b) Os sistemas de produção predominantes: tipos de atividades e suas interrelações, produção, produtividade, tecnologia empregada, mão-de-obra, crédito e outras políticas públicas disponíveis; limitações e potencialidades;
- c) Os recursos naturais como a topografia, o solo, a água, o clima, as áreas de preservação (descrição e avaliação);
- d) Caracterização geral do entorno da área (município ou região/território).

A abrangência e o nível de detalhes de cada uma destas grandes áreas

dependerão dos objetivos do diagnóstico. Informações insuficientes podem comprometer a identificação das questões mais relevantes e a solução dos problemas reais; e informações excessivas significam perda tempo e dinheiro. O diagnóstico não é um fim em si mesmo, mas um instrumental utilizado para apoiar a metodologia e alcançar o objetivo. É uma etapa do trabalho e além da coleta criteriosa das informações, deve-se interpretá-las corretamente.

Para De Souza (s/d), uma das maneiras mais eficientes de reduzir/eliminar distorções na interpretação das informações é realizar o diagnóstico, sempre que possível, em equipe (com as pessoas que irão participar do trabalho) e com a participação do público tanto na fase de coleta dos dados, como na elaboração do plano de trabalho ou projeto. Este envolvimento no diagnóstico aumenta o grau de engajamento e compromisso da equipe e do público com as ações propostas. O diagnóstico parcialmente estruturado (ou seja, aquele que admite a introdução de novas variáveis durante o processo), realizado de maneira intensiva e sistemática por uma equipe (de preferência com atuação interdisciplinar) com a participação ativa do público, é denominado de Diagnóstico Rápido Participativo (DRP).

Busca identificar os problemas e as potencialidades de um local a partir da perspectiva da população que ali vive e/ou trabalha, visando construir um conhecimento conjunto que aponte para soluções mais viáveis e sustentáveis. É utilizado com frequência em projetos de desenvolvimento rural/territorial.

## **2. Plano de Trabalho e/ou Projeto**

O Plano de Trabalho consiste na descrição, de maneira organizada e metódica, de todas as ações passíveis de serem previstas e planejadas, desenvolvidas por uma pessoa ou equipe. Utiliza como base o diagnóstico da realidade previamente realizado. Um plano de trabalho pode envolver um ou mais projetos específicos, e outras atividades isoladas de atendimento, capacitação técnica e regencial do público, assim como as ações de capacitação da própria equipe ou técnico. De forma análoga ao Plano, o Projeto é uma proposta de trabalho que contém todos os elementos necessários para a sua avaliação e execução.

De Souza (s/d), descreve as finalidades a serem atingidas, os procedimentos, os recursos e o tempo necessário. Na elaboração de um Plano de Trabalho (e também de um Projeto), este é dividido em partes, que embora devam estar interligadas, formando um todo coerente, são organizadas em uma sequência

lógica que denominamos de ordem dos elementos da programação.

Estes elementos são:

- a) Público: i) Caracterização;
  - ii) Problema ou necessidade e potencialidades;
- b) Objetivo (geral e específicos);
- c) Conteúdo (ações prioritárias e metas);
- d) Método;
- e) Cronograma de atividades;
- f) Apoio e recurso.

O público e o objetivo são classificados como elementos que comandam a ação, pois deles dependem os demais. É em função destes elementos que os outros são definidos. Isto não significa que uns elementos são mais importantes do que os outros. Todos têm igual importância no sucesso da implantação do plano ou projeto. Apenas programamos uns antes dos outros, porque o conteúdo e método, por exemplo, dependem do público e do objetivo, sendo programados em função destes.

A definição e caracterização do público são os primeiros aspectos a serem considerados na programação, em função dos quais devem ser amoldados todos os demais elementos. Na caracterização do público é necessário que o extensionista conheça as tradições culturais, o nível de escolaridade e econômico, e as formas de organização predominantes (formais e informais) dos produtores. Não há limite para o conhecimento desejável do público: quanto maior o conhecimento, melhor pode ser a planificação e eficácia das ações. Nesta fase de elaboração do Plano ou Projeto, o diagnóstico já foi realizado e apontou os problemas/necessidades e as potencialidades existentes, além disso, o extensionista já analisou estas questões com o público e fez uma hierarquização das prioridades que devem ser tratadas pela extensão rural. Este procedimento permite que os objetivos fixados pelo técnico sejam viáveis e adequados aos objetivos imediatos e específicos do público.

Na elaboração de propostas é importante também conhecer os antecedentes em termos de experiências de sucesso e fracasso, suas causas e as opiniões existentes sobre o assunto.

O problema ou necessidade deve ser definido obedecendo três aspectos

principais: i) Ser bem específico e claro: problemas gerais orientam as estratégias do trabalho, mas sua resolução depende quase sempre de um conjunto de ações específicas que precisam ser definidas com clareza; ii) Não confundir causa com efeito: não basta identificar e combater os efeitos sem conhecer as causas, mesmo tendo consciência de que nem sempre é possível eliminar todas as causas; iii) Deve ser prioritário para uma parte significativa do público.

É o segundo comando a ser considerado, portanto o **objetivo** deve se ajustar ao público, bem como às suas necessidades. Há com frequência confusão entre o objetivo de uma atividade metodológica com os objetivos gerais do trabalho, bem como confusão entre o objetivo e o conteúdo a ser discutido com o público. O objetivo geral contido em um plano de trabalho ou projeto é o fim (visa resolver o problema), enquanto os objetivos específicos ou educativos são os meios para atingir aquele fim (a capacitação dos produtores para saber fazer e saber resolver).

É o objetivo geral que dá sentido e articula as diversas ações metodológicas específicas. Um objetivo específico, corretamente descrito e definido de forma precisa, deve comunicar, qual operação deve ser observada para sabermos se o mesmo foi alcançado ou não. O objetivo descreve o que o público deve ser capaz de fazer depois de participar de uma atividade (como um curso) e não o que fará durante a mesma. Também não pode permitir dupla interpretação, ambiguidade.

O **conteúdo** é o terceiro elemento a ser considerado na planificação. Trata-se do programa, do conhecimento a ser analisado, dos assuntos a serem debatidos e problematizados. Os conteúdos devem ser dependentes (comandados) pelo público, pois devem estar relacionados aos seus interesses e necessidades. São também dependentes dos objetivos e devem ser viáveis e adequados às condições sociais e culturais do público. Em um plano de trabalho ou projeto a definição do conteúdo é realizada explicitando para cada objetivo específico quais as ações prioritárias e as metas (quantificação das ações prioritárias) que se pretende alcançar. Por exemplo: aumentar a cobertura do solo no inverno para reduzir erosão (objetivo específico); adubação verde e roçada/cultivo mínimo (ações prioritárias); 50 ha e 15 produtores (metas para cada uma das ações). Para definir os conteúdos de uma atividade específica, devemos fazer a seguinte pergunta: que conteúdo o público deve dominar para que o objetivo seja alcançado?

No caso de atividades práticas é desejável que os produtores passem pela experiência de executarem a ação. É comum o extensionista começar a planejar a ação pelo conteúdo,

desconsiderando o público e o objetivo ou supondo estes dois elementos já determinados, cometendo o erro da superficialidade. Como se tem um conteúdo técnico disponível e considera-se importante “repassá-lo” ao público, programa-se a ação, invertendo a ordem do trabalho educativo. Após o insucesso pela falta de público ou pela não adoção da prática, há a tendência de se colocar a culpa no público.

### **Método**

Na planificação De Souza (s/d), avança que este é o último elemento a ser considerado, mas sem ele, nada aconteceria por melhor que tivessem sido planejados os elementos anteriores. Método em extensão rural é um conjunto coerente de técnicas de comunicação, fundamentado nos princípios do ensino/aprendizagem, utilizado para atingir um objetivo pré-determinado. É necessário compreender também que a metodologia não é um fim, mas um meio, uma forma desejável de ação, uma estratégia para atingir o objetivo predefinido. No trabalho educativo não existe o método ou “receita” válida para qualquer situação e sim critérios que norteiam a criatividade do extensionista numa permanente reformulação da metodologia, visando seu aperfeiçoamento.

Os métodos quanto ao número de pessoas alcançadas podem ser individuais (contato, visita e entrevista); grupais (curso, dia de campo, palestra, reunião, painel, encontro, excursão, seminário e outros) ou massas (rádio, televisão, jornal, cartazes, folhetos, campanha, *folder*, exposição educativa e outros). Quanto ao uso, os métodos podem ser simples, quando usados isoladamente, sejam individuais, grupais ou massas; ou complexos: aquela cuja utilização exige a combinação de outros métodos. Os principais métodos complexos são a campanha, o concurso, a demonstração de resultados, a exposição, a unidade demonstrativa, a unidade de observação e a semana especial.

Portanto De Souza (s/d), avança que a escolha do método e das técnicas didáticas (discussão em grupo; aula expositiva; apresentação de um vídeo seguida de debate; execução prática de uma técnica, dentre outras) deve ser feita em função do conteúdo ou programa de cada ação educativa, que por sua vez é definido com base nas características do público e no objetivo. Para se definir o método, devemos fazer algumas perguntas:

- a) Para que os produtores dominem o conteúdo, qual o método (ou combinação de métodos) é mais adequado?
- b) Ou seja, para assimilar estas ideias e/ou aprender esta técnica que tipo de experiência deve ser passada ao público?

Há necessidade de execução prática de quais procedimentos?

- c) b) Quais os hábitos do público em relação às atividades metodológicas propostas?
- d) Para atingir um objetivo como a adoção de determinadas técnicas ou mudanças de procedimentos gerenciais, pode ser necessário um conjunto de atividades metodológicas sequenciais, como será visto quando for discutido o processo de adoção. Há uma tendência do extensionista sobrevalorizar os procedimentos metodológicos e especialmente a utilização de recursos audiovisuais. Mas estes recursos, quaisquer que sejam, são apenas suporte das técnicas didáticas. São meras ajudas, reforços que devem se adequar às técnicas, aos métodos, aos conteúdos, aos objetivos e ao público. Os recursos não são facilitadores “naturais” da aprendizagem; apenas quando usados de maneira adequada facilitam a comunicação e contribuem para o aprendizado.

### **Cronograma de atividades**

O cronograma consiste em uma matriz em que as linhas representam as atividades e as colunas unidades de tempo (dias, semanas, meses, etc.), organizadas em sequência cronológica, embora também possam ser alocadas atividades paralelas. O cronograma, como toda previsão, está sujeito a erros de estimativa e/ou devido a fatores imprevistos; e pode sofrer ajustes ao longo do período. Trata-se de um instrumento útil para a organização de tarefas cotidianas e controle do andamento do Plano de Trabalho ou Projeto.

### **Recursos e apoio (parcerias)**

Deste modo, De Souza (s/d), toda atividade, enquanto conjunto de operações, requer para a sua execução, recursos. Recursos são elementos que interagem para produzir transformações. Os recursos podem ser divididos em dois grandes grupos: humanos e materiais. Os recursos humanos referem-se às pessoas envolvidas no trabalho e ao grau de conhecimento que possuem para executar as atividades previstas (conhecimento técnico, gerencial e logístico). O Plano pode incluir também a previsão sobre a necessidade de utilização de serviços de terceiros. Os recursos materiais referem-se às instalações, equipamentos, material de consumo e outros itens necessários para a execução do Plano de Trabalho e/ou Projeto.

Devem ser explicitados o tipo de colaboração e as responsabilidades das entidades parceiras e da instituição a que pertence o

técnico ou equipe que está formulando o Plano ou Projeto. Esta definição implica que em uma negociação prévia com estas entidades. As parceiras são importantes não apenas para reduzir os custos da atividade, mas porque podem ampliar a abrangência do trabalho e/ou ser um reforço decisivo para formar a decisão do produtor. Exemplo: convidar um médico para falar dos perigos da contaminação com os agrotóxicos pode causar mais impacto do que uma palestra do próprio extensionista.

### Avaliação dos resultados

Para De Souza (s/d), a planificação deve prever como serão **avaliados os resultados** do trabalho ao fim de determinado período. É preferível que esta avaliação seja composta de avaliações parciais a cada etapa do trabalho, visando ajustar o Plano de Trabalho. Por outro lado, não deve ser muito frequente, pois sendo um momento formal em que se interrompe o trabalho e se realiza uma reflexão sobre o mesmo, é necessário um tempo razoável para que os resultados possam ser avaliados de modo objetivo. A avaliação global do trabalho e que normalmente é feita pela instituição como um todo, não substitui as avaliações que devem ser realizadas a cada ação metodológica, no cotidiano do trabalho.

As avaliações de cada atividade buscam verificar se o público está considerando relevantes nossas ações e compreendendo as mensagens, se o que está sendo ensinado está sendo aprendido, ou seja, se os objetivos específicos estabelecidos estão sendo alcançados. Para estas avaliações devem ser previstos instrumentos específicos, como a avaliação oral ou escrita ao final (ou durante) de uma atividade metodológica; o registro das demandas geradas a partir das ações, para esclarecer detalhes ou adequação às condições específicas, visando à adoção; e o registro das mudanças de comportamento e/ou adoção de tecnologias que foram efetivamente alcançados.

Em extensão rural um princípio básico a ser obedecido é que não se deve colocar a avaliação como se o público tivesse sendo avaliado, pois pode inibir as pessoas. Deve-se propor a avaliação em termos de que o instrutor é que está sendo avaliado.

---

## Sumário

Nesta **Unidade** temática 2.1. estudamos e discutimos fundamentalmente a importância da planificação agrária e os processos nela inerentes. Buscamos relacionar planificação agrária e os processos de monitoria e avaliação das atividades de extensão e sua importância para o sucesso deste processo educativo.

---

### Auto-avaliação

1. Que tipo de informações devem ser colhidas no processo de diagnóstico?
2. Que elementos devem ser tidos em conta no processo de formulação de objectivos?
3. O que evitar no processo de planificação agrícola?
4. Quais as etapas constituem o processo de planificação agrícola?

---

### Exercícios

1. Em quantas etapas esta dividida o processo de planificação?
2. Quais elementos constituem a fase de diagnóstico?
3. No processo de Diagnóstico Rápido Participativo, devemos envolver a comunidade. Comente.
4. Em que deve constituir o plano de trabalho do projecto?
5. Por que é a planificação deve prever como serão avaliados os resultados?
6. Os recursos podem ser divididos em dois grandes grupos: humanos e materiais: quais os grupos e como devem estar compostos?

### Referências Bibliográficas

De Souza, C. B. G. (s/d). Apostilas e anotações pessoais dos Cursos de Formação Extensionista da Emater-PR e da CATI - SP de vários períodos; e no “Manual de Elaboração de Projetos. UNESP Araraquara. Brasil.

## TEMA - 3: COMUNICAÇÃO PARA EXTENSÃO AGRÁRIA

**Unidade Temática** Processos Básicos e objectivos da Comunicação na Extensão rural

---

### Introdução

Os conceitos e as práticas de comunicação em extensão rural em Moçambique encontram-se intrinsecamente vinculados ao processo evolutivo da extensão rural no Mundo. Com a evolução dos processos de comunicação surgiram novos actores, novas fontes, novos mecanismos, facto que faz com que se altere a noção histórica de extensão rural, que envolvem diretamente as comunidades nas zonas rurais, alterando as suas relações sociais e as formas como as informações são disseminadas e o conhecimento é construído neste processo educativo.

A extensão rural entendida como acção implica um acto de comunicação que envolve vários métodos e meios (Rogers, 1983).

Segundo a FAO (1993), comunicação na extensão rural é o uso sistemático de canais e técnicas apropriadas de comunicação com vista ao aumento da participação das famílias rurais no desenvolvimento e para informar, motivar e formar a população rural, especialmente os pequenos produtores.

Segundo Rogers (1983), a difusão é o processo pelo qual uma inovação é comunicada através de certos canais entre os membros de um sistema social. É um tipo especial de comunicação no qual as mensagens são relacionadas com uma nova ideia. A difusão adquire uma dimensão social, como processo de disseminação de uma inovação num sistema social através do tempo, como tal é um fenómeno de grupo.

A essência do processo de difusão é a troca de informação em que um indivíduo comunica uma nova ideia ao outro ou a várias outras pessoas. As partes envolvidas neste processo vão estar ligadas através de canais de comunicação como meios através dos quais a mensagem passa de um indivíduo para o outro (Rogers, 1983).

**Objectivos  
específicos**

Ao completar esta unidade, você deverá ser capaz de:

- Conhecer os meios de comunicação em extensão rural;
- Aplicar os diferentes conceitos de comunicação em extensão rural;
- Usar diferentes abordagens de comunicacionais no processo de interação com os agricultores.

Segundo Swanson (1991), para transmitir a mensagem, o extensionista necessita destes canais de comunicação, para fazer chegar uma mensagem aos camponeses. A mensagem reveste-se de vários conteúdos e objectivos. Podendo ser de informar, motivar e formar a população rural sobre assuntos ligados à agricultura e ao desenvolvimento rural. Depois de transmitir a mensagem, o extensionista espera resposta, o feedback, para testar se a nova ideia teve mérito, ou seja, se convenceu o camponês a tomar a decisão de experimentar a nova tecnologia.

Segundo Oakley (1992), para além do contacto extensionista/camponês existe a capacidade dos próprios camponeses de promover a difusão horizontal das inovações agrícolas. Uma comunicação eficaz no âmbito da extensão rural usa todas as possibilidades de transferência de informações do tecido social através das redes sociais. As ligações sociais formam redes que podem ser usadas na transmissão de informações sobre as inovações agrícolas por exemplo. Temos, então, uma situação em que o extensionista é o iniciador do processo de difusão e, depois, segue-se um processo de difusão horizontal de que a sociedade se encarrega de realizar através das suas redes, como a família, o grupo de parentesco, congregações religiosas e a comunidade local.

Qualquer discussão em torno da comunicação entre o extensionista e os produtores tem de partir de uma certa compreensão do contexto em que os agricultores vivem, gerem as suas explorações agrícolas e tomam as decisões do seu dia-à-dia. Portanto, FAO (1991), enfatiza que o principal autor neste “teatro” da produção agrícola é claramente o individuo agricultor,

seja homem ou mulher, jovem ou idoso, com mais ou menos habilitações académicas, cada agricultor é no fim das contas um indivíduo único com um conjunto de características que afetam a maneira com que se recebe e se processa informações, e em que depois as usa ou não no processo produtivo.

Para Ruttan (1983), o contexto de decisório do agricultor tem que ser redefinido para incluir as ligações com as organizações fornecedoras de factores de produção, com instituições de comercialização dos produtos ainda e ainda, e de nenhuma maneira a coisa menos importante, com as instituições de ensino básico e de adultos, que fornecem informações e capacidade de processa-las à figura central, a quem decide. A extensão tem um papel decisivo e não apenas em termos de educação e de fornecimento de informações, mas ainda como catalisador no estabelecimento e reforço das ligações do agricultor com a diversas instituições que reforçam e estão subjacentes a uma agricultura baseada na ciência.

Uma comunicação eficaz no âmbito da extensão exige não apenas um conhecimento substancial da complexa ligação meios - fins que afecta as decisões, mas pode também aproveitar as possibilidades de transferência de informações do tecido social e minimizar as consequências negativas dos factores que impedem o fluxo de informações. Sendo que, as ligações sociais formam redes, e as redes podem ser usadas para transmitir informações do tecido social e minimizar as consequências negativas dos factores que impedem o fluxo das informações, e os direitos e obrigações inerentes a ser membro de uma rede podem afectar directamente as decisões.

O processo de comunicação para extensão é de extrema importância destacar dois aspectos que ajudam na tomada de decisão, nomeadamente:

1. Existe pouco de conhecimento consolidado sobre o ambiente social dos agricultores;
2. Ainda se encontra nos albores, a consolidação explícita dos laços familiares, de parentesco, de comunidade, e outros laços sociais, como parte do sistema aberto que inclui a agricultura baseada na ciência.

Na fala de conhecimentos consolidados, não há escolha senão avançar com cautela ou transmitir informações a um público rural. As razões para atuar e não atuar, muitas vezes não são

directamente observáveis, mas podem ser detectadas se o observador tiver uma mentalidade aberta e estiver disposto a aprender.

De acordo com FAO (1991), é importante e útil considerar os processos de comunicativos em termos do modelo E-M-C-R (E - emissor/fonte; M - mensagem; C- canal; e, R - receptor). Para efeitos de aprendizagem, podemos usar o extensionista como um exemplo claro de emissor, de fonte de algumas comunicações. Como já referenciado nos capítulos anteriores, o extensionista deve conhecer o seu grupo de agricultores. É esta claro, que o extensionista depende dos outros para obter as informações com a qual pode iniciar uma comunicação com o seu público rural. Pode-se continuar a seguir a cadeia de origem das informações quase até ao infinito, mas para efeitos práticos, é útil considerar o pessoal extensionista não apenas como um dos muitos indicadores da comunicação com os agricultores, mas também do ponto de vista de tácito, como um dos emissores do processo de desenvolvimento.

É importante que o extensionista garanta que os objectivos dos conteúdos da mensagem devem ser pertinentes para o público e directamente relacionado com a intenção de ou pretensão da comunicação, de tal forma que o tratamento da informação ou mensagem deve ser tal que a torne inteligível ao público previsto. Não é fácil codificar ideias complexas de tal maneira que um público previsto possa, por sua vez, decodificar e extrair a informação contida na mensagem. Ademais, torna-se necessário enfatizar que a elaboração de uma mensagem que possa ser entendida por um determinado público exige uma grande profundidade de compreensão do conteúdo da mensagem. Em condições ideais, esta profundidade de compreensão inclui experiência prática na realização das ideias contida na mensagem, assim como, um conhecimento considerável de como os diversos elementos da mensagem se inserem nos processos agrícolas global dos agricultores assistidos pelo extensionista.

Os canais de comunicação são os diversos métodos à disposição do comunicador para chegar com uma mensagem a um público. Nas zonas rurais, a comunicação escrita pode configurar uma grande limitante para a chegada de informações ao beneficiário final, devido as altas taxas de analfabetismo, mas não deve ser rejeitado a priori, dado os indícios consideráveis de que as mensagens

escritas são lidas aos analfabetos em zonas com baixas taxas de alfabetização. Para FAO (1991), a interação directa e oral é a mais aconselhável, na medida em que permite que sejam feitas perguntas, e de um modo geral seja conseguida a comunicação bidirecional fácil e eficaz. Contudo, a interação pessoal é cara, pois normalmente prevê-se que cada extensionista atinja um público bastante vasto de agricultores, é por isso que os métodos de comunicação social, tais como radio, televisão tem sido amplamente utilizados ultimamente para chegar oralmente ao público.

Os meios de comunicação visual incluem dispositivos, os filmes e a televisão, além de muitas variantes de demonstração do campo, que é provavelmente o método mais eficaz de comunicação à disposição do pessoal extensionista. Para serem mais eficazes as demonstrações de resultado exigem que seja usada a comunicação oral e visual, podendo facilmente também beneficiar de materiais escritos, ou seja, o ideal é que haja a combinação de métodos. Em países do Terceiro Mundo, tal é o caso de Moçambique, não é raro que os extensionistas sejam quase a única fonte de informações sobre a tecnologia produtiva moderna. Isto constitui um fardo enorme para o extensionista individual, e sublinha a necessidade de utilizar combinações de métodos e variações nas mensagens, para chegar eficazmente ao público agricultor.

Portanto, FAO (1991), o receptor de maior interesse aqui é o agricultor. Sob o título de receptor incluem-se diversos conceitos que essencialmente descrevem o efeito desejado duma mensagem sobre o agricultor. Os termos incluídos na lista pretendem especificar as respostas mentais e físicas do agricultor, suscitadas pela comunicação eficaz. Rogers (1983), defende que são resultados preferenciais do processo comunicativo. Em primeiro lugar advoga o autor, que é necessário transmitir informações e consolida-las para que se transformem em conhecimentos. Procura-se nesta fase, que o novo conhecimento convença e resulte numa tomada de decisão por parte do agricultor de no mínimo experimentar a nova prática/tecnologia agrícola. Importa ressaltar, que a tarefa do extensionista não termina por aqui, visto que as necessidades de informação por parte dos agricultores são mais permanentes no momento de adoção das novas ideias/tecnologias. Por fim, o autor defende que os agricultores após adoptar uma nova ideia continua a procurar informações sobre validade da sua decisão

avaliar se o melhoramento pretendido tem ou não resultados previstos.

Do ponto de vista do extensionista, o objectivo final da comunicação é a confirmação final por parte dos agricultores, mas este deve estar ciente que os agricultores podem não avançar passo a passo simultaneamente, e uma das formas de contornar ou reduzir segundo Rogers (1983), é o estabelecimento de um processo de comunicação contínuo para que se alcance o êxito desejado. Importa ressaltar, que a comunicação em extensão rural não se faz de uma vez por todas, mas sim é um processo contínuo de retroalimentação e feedback guiado para o alcance de um determinado objectivo.

A comunicação eficaz, conforme acima mencionado pressupõe um processo de retroalimentação e é recíproco, ou seja, o agricultor em algum momento pode assumir o papel de emissor da mensagem, sendo neste caso o extensionista o receptor. Na falta de qualquer reação por parte do agricultor (retroalimentação ou informação de retorno), é praticamente impossível medir, por exemplo, até que ponto conteúdo da mensagem ou escolha do canal são apropriados, na realização de uma campanha informativa.

Os objectivos da comunicação em extensão são de fornecer conhecimentos firmes sobre os quais se pode basear a acção para convencer ao agricultor a tomar a decisão de experimentar a nova tecnologia, fornecer as informações de que o agricultor para avaliar os resultados dessa decisão e espera-se confirmar essa decisão. É uma realidade de que nem todas as pessoas no contexto da discussão, nem todos os agricultores, aceitam uma mesma ideia ao mesmo tempo. Por muito desejável que possa ser que a população inteira decida uma nova actuação imediatamente após a apresentação de uma nova ideia, isso não acontece. FAO (1991), adverte que com efeito, a maior parte das ideias aparecem e desaparecem sem causar grandes perturbação. Algumas ideias podem ser visadas como contendo mérito suficiente para que algumas pessoas as aceitem e experimentem. Estas poucas experiências podem levar a uma maior aceitação se os outros consideraram que a nova ideia tem mérito. Este facto, da aceitação gradual, levou a inferir que existe uma característica psicológica que pode ser chamada de inatividade ou disposição para arriscar.

### Processo de difusão

A difusão das inovações refere-se a como estas se propagam entre uma população, e é simplesmente o produto das decisões individuais de adoção. Se as decisões individuais de adoção são em determinada medida previsíveis, então o processo global de difusão também o é. Portanto, as redes de comunicação existentes, e os laços entre as pessoas, são aspectos centrais deste processo. Os extensionistas podem influir sobre o ponto em que se dá a inflexão em subida de curva, e podem influenciar a inclinação da subida da curva, e podem influenciar a inclinação da subida, fornecendo os conhecimentos nos quais a decisão se pode basear. Contudo a comunicação da extensão é fortemente reforçada pela comunicação informal entre os agricultores sobre o desempenho tem que corresponder às mensagens persuasivas da extensão, para que se verifique uma difusão rápida se a observação casual dos resultados não apoiar a mensagem de persuasão.

---

### Sumário

Nesta **Unidade** temática 3.1 estudamos e discutimos fundamentalmente a importância da comunicação no processo de extensão rural. Buscamos abordar sobre a necessidade de se estabelecer um processo comunicativo eficaz e uso do feedback como mecanismo para aferir se a mensagem foi recebida como o emissor pretendia que fosse.

---

### Auto - avaliação

1. Qual é a essência do processo de difusão?
2. Por que é que o contexto de decisório do agricultor tem que ser redefinido para incluir as ligações com as organizações fornecedoras de factores de produção?
3. Que importância tem o contexto na discussão entre o agricultor e o extensionista?
4. Os conceitos e as práticas de comunicação em extensão rural em Moçambique encontram-se intrinsecamente vinculados ao processo evolutivo da extensão rural no Mundo. Argumente.

---

## Exercícios de avaliação

1. A extensão rural entendida como acção implica um acto de comunicação que envolve vários métodos e meios? Comente
2. Defina a comunicação em extensão rural?
3. Por que é que se diz, que podemos usar a comunicação para motivar e formar a população rural? especialmente os pequenos produtores
4. Defina a difusão?
5. A difusão é um tipo especial de comunicação no qual as mensagens são relacionadas com uma nova ideia. Comente.
6. A difusão adquire uma dimensão social, como processo de disseminação de uma inovação num sistema social através do tempo, como tal é um fenómeno de grupo. Comente.

## Referências Bibliográficas

FAO (1991). Extensão Rural: Manual de Referência. 2ª Edição. Roma. Disponível em:

<https://books.google.co.mz/books?id=QdY9I1eqkPEC&lpg=PP4&hl=pt-PT&pg=PP4#v=onepage&q&f=false>

Rogers, E. (1983). Diffusion of innovations. 3rd ed. New York: The Free Press.

Holdcroft, L. F. (1982). The rise and fall of community development in developing countries, 1950-1965: A critical analysis and implications. In G. E. Jones & M. J. Rolls (Eds), Progress in rural extension and community development. Vol 1, Extension and relative advantage in rural development.

Beneor, D & Harrison, J. Q. (1977). \*9+0][POUYGFVCXZ

Agricultural extension: The training and visit system. Washington D. C.: The World Bank.

Maunder, A. H. (1973). Agricultural extension: A reference manual. (abridged edition). Rome: Food and Agriculture Organization of United Nations.

## TEMA - 4: MÉTODOS DE EXTENSÃO

### Unidade Temática 4.1. Métodos de Extensão rural

---

#### UNIDADE TEMÁTICA 4.1. Introdução

---

Os métodos são aqueles que visam e procuram objectivar um entendimento específico do agricultor. Em extensão rural os métodos podem apresentar uma abordagem individual como grupal, mas estão inteiramente dependentes da finalidade e da necessidade previamente identificada por parte do extensionista e da tecnologia que se disseminar.

Assumindo que a aprendizagem é um processo individual, pês embora os extensionistas usem os métodos de massa e de grupo para alcançar grande número de pessoas e incentivar ação conjunta em planificação e execução de projetos. A influência pessoal do extensionista é vital para assegurar cooperação, participação nas atividades de extensão, na adoção de melhoramentos na propriedade e no domicílio. As pessoas ouvirão os conselhos e sugestões de um extensionista de quem eles conhecem, gostam e de quem eles respeitam pelo conhecimento técnico. Os permitem, através da troca de ideias com produtores, conhecer as condições das populações rurais e das próprias comunidades.



Ao completar esta unidade, você deverá ser capaz de:

- Objectivos específicos**
- Identificar os diferentes métodos de extensão rural;
  - Descrever os diferentes métodos de extensão rural;
  - Aplicar os diferentes métodos de extensão rural;

As pessoas aprendem através da sua actividade, daquilo que fazem e cada individuo aprende por si. Deste modo, Laird (1972), reforça a ideia de que a extensão é um processo educativo, chama-se atenção que antes de se seleccionar algum método, deve-se ter em conta os seguintes aspectos:

- i) Nenhum método em si é melhor que o outro - o extensionista deve escolher as técnicas mais adequadas a situação. Nenhuma técnica deve ser considerada melhor que qualquer outra;
- ii) Devem ser usados vários métodos na realização do programa - a experiência adquirida no trabalho de extensão demonstra que quantas mais forem as formas através das quais a nova informação é apresentada, mais rapidamente o indivíduo aprende;
- iii) Os métodos podem coexistir - é de prever a coexistência de diversos métodos. Se uma demonstração leva a uma discussão de grupo, a utilização de dois métodos reforça a informação contida na demonstração.
- iv) Uso de material visual e escrito sempre que possível - o ensino pode ser reforçado e apoiado pela utilização de material visual e escrito.

A sensibilidade e a visão de educador, do extensionista e do pesquisador, deverão nortear a sua habilidade para fazer uso de um bom e adequado método. Na definição desta estratégia, a ação extensionista deverá demonstrar todo o seu conhecimento sobre os métodos participativos de extensão rural, sua habilidade de selecioná-los e combinar o uso e apoio dos mesmos, haja vista que vários métodos poderão ser selecionados e utilizados conjuntamente.

#### **Método - Visita Técnica ou Visita ao campo e a domicílio**

De acordo com FAO (1991), circunscreve-se a um encontro individual com o agricultor ou trabalhador agrícola no campo ou em sua casa. Mas para Ramos et al (2012), é um método simples, de alcance individual, que serve para a troca de informações para execução do programa de extensão rural.

#### **Finalidade**

É utilizado quando se necessita trocar conhecimentos e informações, sensibilizar, motivar, planejar, acompanhar e avaliar as ações desenvolvidas.

#### **Quando utilizar**

Sempre quando o extensionista for programar qualquer atividade, principalmente de alcance individual ou

indeterminado na comunidade, este método deverá ser utilizado para melhor conhecimento da família a ser atendida ou da ação a ser desenvolvida. Recomenda-se que a aplicação do método seja de acordo com a necessidade da obtenção da informação.

### **Procedimentos para realização**

Devem ser consideradas as fases de planeamento e de execução. No planeamento, deve ser determinada a época, a duração, o conteúdo, os materiais, e até mesmo os equipamentos, se for o caso, para a boa execução do método. Durante a execução, devem ser tomados os seguintes cuidados:

- a) Não deve ser alterada a rotina da unidade familiar;
- b) Respeitar os valores, hábitos e costumes individuais;
- c) Não esquecer o objetivo da visita;
- d) Não pressionar decisões imediatas; e,
- e) Sempre motivar a participação da unidade familiar nos trabalhos grupais e comunitários.

### **Vantagens**

1. Estabelecer clima de confiança mútua;
2. Facilitar a preparação e a execução de outros métodos e,
3. Proporcionar conhecimentos indispensáveis das atividades, dos problemas da unidade familiar e do modo de vida, por estar no seu ambiente.

### **Limitações**

1. Custo elevado;
2. Baixo alcance; e,
3. Tendência a se concentrar em pessoas de mais afinidade e amizade.

### **Método - Unidade de teste e Demonstração (UTD)**

É um método grupal e complexo onde os/as extensionistas, pesquisadores/as e os participantes vão construir ou reconstruir os conhecimentos que, de forma prática fundamentam uma tecnologia de processo, de produção, um produto ou um equipamento, por meio de testes e de demonstração, sobre outros tradicionalmente usados por eles.

## **Finalidade**

Para experimentação e demonstração de tecnologias ou prática, bem como para aprimoramento e troca de saberes dos beneficiários, com interesses comuns, cuja finalidade específica é conhecer, comparar e avaliar os resultados econômicos, sociais e ambientais obtidos, tendo como parâmetro as vantagens sobre os conhecimentos utilizados pelos agricultores e agricultoras participantes, permitindo que eles tomem a decisão que acharem mais conveniente e importante.

## **Quando utilizar**

Sempre que houver necessidade de experimentar e demonstrar novos conhecimentos que atendam o interesse e a necessidade dos beneficiários, para solução de problemas comuns.

## **Tempo estimado**

A duração do método dependerá do que se deseja testar ou demonstrar. No caso de uma tecnologia de manejo de cultura ou de animal, ela durará o tempo do ciclo desse manejo.

## **Procedimentos para realização**

### **1. Preparação**

- i) A necessidade e interesse dos participantes devem ser conhecidos pelos responsáveis pela implantação da UTD;
- ii) O responsável pela implementação do método deve negociar com o grupo interessado no teste e demonstração da tecnologia ou prática, tendo em foco os cuidados da conservação e preservação ambiental, o aumento da renda ou redução dos custos e a inclusão social das suas famílias;
- iii) Instalar a UTD na propriedade de um dos beneficiários da comunidade, participante interessado na atividade. Também poderá ser instalada num espaço comunitário. Em qualquer um deles, a indicação será dos interessados, porém, o responsável pela implantação do método deverá avaliar a época, as condições de solo, água, vento e acesso do local indicado;
- iv) O plano da unidade deve ser, no primeiro momento, elaborado com os agricultores e agricultoras participantes e o extensionista, definindo o objetivo e todas as fases da UTD, bem como as responsabilidades de todos e a forma de convivência entre os envolvidos;
- v) Por ocasião do planejamento da UTD, deve-se ter o cuidado de

verificar a necessidade de utilização de demonstração de um método simples, complexo ou combinado, dependendo da atividade;

vi) Recomenda-se que UTD seja instalada no local que ofereça boa visibilidade, tanto para o grupo, como para a comunidade e os visitantes;

vii) Na elaboração do plano da UTD devem ser consideradas, ainda, as potencialidades locais, a agroecossistema, os valores sociais, culturais, políticos, a capacidade econômica, entre outros;

viii) Deve ser uma tecnologia ou uma prática cujos insumos e serviços necessários à sua instalação e condução devem ser de fácil acesso e sejam compatíveis com a maioria dos participantes.

## **2. Execução**

i) Considerar que, ao aplicar o método, são exercitadas as fases do processo de aprendizagem: formulação de conceitos e tomadas de consciência; i) predisposição de participar dos interesses e, iii) desenvolvimento de habilidades;

ii) Durante todas as fases dessa atividade, o/a responsável pela implantação da UTD deverá assumir o papel de facilitador/a da 32 troca de saberes, na qual a construção ou a reconstrução do conhecimento funcionem como um ensaio, por se estar testando e demonstrando um conhecimento novo para os participantes, na busca de um novo saber;

iii) Elaborar, com os participantes, a contabilidade das despesas da atividade para permitir a análise dos custos e ganhos e outros resultados da atividade testada e demonstrada;

iv) Quem deve conduzir a UTD são os participantes, sendo o extensionista, pesquisador ou facilitador, o animador do processo de socialização das informações e conhecimentos, análise dos resultados e das possíveis oportunidades de aplicação;

v) Deve ser garantida a divisão de responsabilidades dos participantes, a fim de que seja estabelecida a gestão conjunta.

## **3. Vantagens**

i) Facilita a capacidade de tomada de decisão de cada um dos participantes de adotar, ou não, de forma parcial ou total, o novo conhecimento adquirido, conforme suas próprias condições;

- ii) Permite a apropriação da condução do método, pelos participantes, tendo em vista que a construção do plano da unidade foi responsabilidade do grupo.
- iii) Possibilita o fortalecimento da construção associativa e da gestão compartilhada na condução da UTD;
- iv) Valoriza o saber, os insumos locais e os valores dos beneficiários da comunidade, agricultores e agricultoras participantes, devido à comparação dos resultados à luz da realidade;
- v) Facilita o desenvolvimento de destrezas e habilidades de determinadas práticas vivenciadas na condução da unidade.

#### **4. Limitações**

- i) Poderá demandar muito tempo;
- ii) Requer recursos adicionais;
- iii) Poderá depender de condições climáticas;
- iv) Alcance de público limitado;
- v) A diferença de idades dos participantes poderá influenciar na velocidade da aprendizagem;
- vi) Resistência à aprendizagem de coisas novas, meramente porque alguém disse ao participante que ele deve aprender.

#### **Modelo - Dia de Campo (DC)**

É um método grupal e complexo que permite a reunião de um grupo de pessoas, entre 50 a 100 participantes, em determinada propriedade rural, onde estão sendo obtidos bons resultados em certas práticas ou tecnologias, e que merecem ser conhecidos, possibilitando aos participantes a observação, discussão e análise das questões tecnológicas, econômicas, sociais e ambientais, bem como a possibilidade de implementação das práticas observadas.

#### **Finalidade**

Mostrar uma ou mais práticas ou tecnologias referentes a um só assunto, visando a motivar e despertar o interesse de pessoas, mediante a troca de experiências, a oportunidade de comparações e esclarecimento de dúvidas relacionadas aos temas observados. Conforme a necessidade e oportunidade identificadas pelos agricultores e extensionistas, podendo ser utilizada na área econômica e social.

### **Tempo estimado**

Condicionado ao número de participantes e de estações.

Procedimentos para realização

#### **1. Preparação**

i) Identificada a necessidade, oportunidade e interesse dos agricultores, deve ser elaborado o planejamento do DC, envolvendo em todas as etapas os beneficiários da comunidade;

ii) Na elaboração do planejamento, o extensionista ou pesquisador deverá envolvê-los nas decisões quanto ao tema, à época de realização, aos conteúdos técnicos a serem priorizados, a definição dos palestrantes em cada estação, ao local evento e à divulgação entre o público interessado;

iii) Deve ser eleita uma comissão organizadora do evento, composta por agricultores e agricultoras, extensionistas, parceiros e colaboradores, que deverá elaborar um plano de ação do DC com o objetivo de organizar melhor o trabalho e definir os papéis dos seus membros;

iv) O plano deverá ter uma cronologia clara e objetiva as etapas a serem desenvolvidas, observando-se as ações preparatórias de execução e acertos finais, contendo as responsabilidades dos envolvidos e prazos definidos em reunião com o grupo de agricultores;

O plano deve conter, na sua matriz, a seguinte estrutura:

O que fazer, com quem fazer, quando fazer, quem vai fazer

#### **Observação**

v) Fazer a previsão do número de participantes, a fim de que sejam compatibilizadas as outras providências;

vi) Selecionar um local de fácil identificação e acesso, capaz de permitir a visualização das práticas aplicadas;

vii) Definir, com a comissão organizadora, as práticas ou tecnologias a serem apresentadas, as quais devem ser compatíveis com as condições socioeconômicas dos agricultores e ambientalmente sustentáveis.

## 2. Vantagens

- i) Desperta interesse e atenção de um maior número de pessoas, em um só dia;
- ii) Estimula a tomada de decisão para adoção das práticas por agricultores interessados;
- iii) Amplia e fortalece o relacionamento entre extensionistas, pesquisadores e beneficiários da comunidade, parceiros e lideranças;
- iv) Divulga a atuação da extensão rural;
- v) Informa e demonstra resultados positivos “in loco”;
- vi) Custo relativamente baixo, em função do alcance.

## 3. Limitações

- i) Exige tempo da equipe, na preparação;
- ii) Exige uma localidade apropriada que possua bons resultados, objeto do método;
- iii) Depende de condições climáticas;
- iv) Desenvolvimentos e desafios da extensão rural

### **Modelo - Unidade Demonstrativa (UD) OU Campo de Demonstração de Resultados (CDR)**

É um método complexo e grupal que tem como característica demonstrar, acompanhar, avaliar ou adotar uma ou várias atividades agropecuárias ou sociais de comprovada eficiência, eficácia e rentabilidade, sem necessidade de comparação.

### **Finalidade**

Serve para se criar na comunidade um exemplo vivo de técnicas ou produtos, cuja necessidade de introdução é desejada pelos agricultores e agricultoras. Estas práticas ou produtos são empregados por um ou mais colaborador ou colaboradora, de consenso da comunidade, com a ativa participação dos vizinhos interessados, sob o assessoramento do extensionista, para a construção ou reconstrução do conhecimento da comunidade, por meio de demonstração, acompanhamento, avaliação e adoção.

Poderá ser utilizado com finalidades específicas, tais como:

- a) Introdução de técnicas ou produtos que aumentem o rendimento de culturas e criações com maior lucratividade;
- b) Introdução de técnicas que possibilitem a conservação e preservação ambiental;
- c) Introdução de novas variedades, cultivares ou raças;
- d) Introdução de agroindústrias.

### **Tempo estimado**

A duração do método dependerá da tecnologia a ser mostrada ou da natureza do produto.

### **Procedimentos para realização**

- i) A decisão de implantar uma UD/CDR é tomada em conjunto com a comunidade, agricultores ou família rural, mediante a necessidade do tema constatado no processo de desenvolvimento local.
- ii) Em conjunto, deve ser elaborado o plano da UD/CDR, observando-se quais métodos simples poderão ser utilizados durante a duração da mesma, como partes integrantes;
- iii) É muito importante a participação dos agricultores e agricultoras que conduzirão a UD/CDR, em todas as etapas de planejamento, com a finalidade de possibilitar o comprometimento e a cumplicidade dos mesmos;
- iv) A escolha da localização da UD/CDR deve considerar a facilidade de acesso e permitir a visibilidade;
- v) O tamanho da unidade demonstrativa deve permitir a eficiência em termos econômicos para cada local e será função da técnica ou do produto a introduzir e do tipo da atividade em foco.;
- vi) Deve ser elaborado um orçamento das despesas que serão realizadas na instalação da UD/CDR, considerando-se a necessidade de recursos financeiros para os itens material de consumo, serviços de terceiros (se for o caso), diárias, combustível, etc.;

- vii) Na instalação da UD/CDR, considerar a viabilidade de uso de recursos próprios do colaborador ou colaboradora, de financiamento ou da participação de empresas comerciais, cooperativas, associações, entre outros, no fornecimento de materiais e equipamentos necessários;
- viii) A seleção do beneficiário/participantes deve ter a participação da comunidade, considerando os seguintes aspectos: ser representativo da comunidade; ter respeito e confiança da comunidade; ser sociável, gostar de receber visitas; não ter sido selecionado frequentemente como colaborador de outras atividades; ser receptivo às orientações do extensionista ou pesquisador; ter conscientização dos objetivos e responsabilidades; e que receba assistência sistemática do serviço de extensão rural;
- ix) O pessoal selecionado deve ter a oportunidade de discutir sobre o tema da UD/CDR com o responsável pela implantação da mesma, a fim de estar apto para transmitir aos visitantes os objetivos propostos;
- x) O Planejamento da UD/CDR deverá contemplar os seguintes pontos: objetivo, tamanho, cronograma de atividade, plano de acompanhamento de resultados econômicos e plano de divulgação;
- xi) A instalação da UD/CDR deve ser feita com a participação da comunidade e dos participantes interessados;
- xii) As visitas de pessoas à UD/CDR devem ser registradas em uma folha de anotações, constando o nome da pessoa e endereço;
- xiii) O colaborador deverá estar ambientado com todas as atividades e realizar todas as anotações, em todas as fases de desenvolvimento da cultura ou criação, a fim de possibilitar o 51 resultado econômico, financeiro e social, por ocasião da conclusão da UD/CDR;
- xiv) Por ocasião da conclusão da UD/CDR, deverá ser elaborado um relatório final.

## 1. Vantagens

- i) Permite o estabelecimento de um sistema de utilização de vários outros métodos ao longo da sua duração, influenciando sobre a eficácia da ação extensionista;
- ii) Permite, através de intercâmbios e excursões, o relacionamento entre produtores e produtoras e o fortalecimento de movimentos associativistas.

## 2. Limitações

- i) Exige esforço da equipe, no preparo do/a demonstrador/a;
- ii) Pode produzir resistência e descrédito na extensão rural

### Modelo - AGRICULTOR MODELO

O método de agricultor modelo (*lead farmer*) consiste na identificação dum agricultor cujos os métodos de cultivo e atitudes pessoais sejam tão superiores que a sua exploração agrícola pode servir de exemplo para os outros seguirem. O objectivo de seleccionar um agricultor modelo é de demonstrar boas práticas através da exaltação de um exemplo local, para persuadir os beneficiários a adoptarem melhores práticas agrícolas e criam situações educacionais. A rápida eficácia deste método prende-se pelo facto da pessoa seleccionada for amada e respeitada pela comunidade de agricultores e a população seguir voluntariamente.

De acordo com a FAO (1991), uma vez seleccionado o agricultor modelo esse recebe um treinamento intensivo com o objectivo de desenvolver o espírito persuasor e a sua dedicação em benefício da comunidade. O agricultor modelo recebe plena colaboração e apoio do estado. Na prática, os agricultores modelo facilitam o trabalho da extensão, pois funcionam como extensionistas voluntários.

---

## Sumário

Nesta **Unidade** temática estudamos e discutimos fundamentalmente os diferentes modelos de extensão. Buscamos explorar as vantagens e limitações de cada um deles bem como a sua relevância e aplicabilidade no contexto de extensão rural. Os modelos aqui propostos se baseiam na sua relevância e adequabilidade ao contexto de Moçambique, que para o

sector público quer para o sector privado, podendo variar em função dos projectos de desenvolvimento implementados junto as comunidades.

---

### Auto - avaliação

1. Caracterize o modelo de Visita técnica?
2. Fale das vantagens do dia de campo no processo de extensão?
3. Que limitações o modelo de Unidade Demonstrativa apresenta?
4. Quais as vantagens da abordagem de agricultor modelo?

---

### Exercícios de avaliação

1. Diferencia o Método - Visita Técnica ou Visita ao campo e a domicílio dos outros modelos, quanto as limitações.
2. Que vantagens possui o Método de Unidade demonstrativa?
3. Fale das desvantagens do uso do Modelo Unidade Demonstrativa quanto a exposição da tecnologia?
4. Olhando para a situação de Moçambique que aplicabilidade possui o Modelo Dia de Campo?
5. Diferencie os Método Unidade Demonstrativa e Agricultor Modelo, quanto as limitações e vantagens?
6. Que elementos devem se ter em conta na escolha do Agricultor modelo?

### Referencias bibliográficas

FAO (1991). Extensão Rural: Manual de Referência. 2ª Edição. Roma. Disponível em: <https://books.google.co.mz/books?id=QdY9I1eqkPEC&lpg=PP4&hl=pt-PT&pg=PP4#v=onepage&q&f=false>

Rogers, E. (1983). Diffusion of innovations. 3rd ed. New York: The Free Press.

Holdcroft, L. F. (1982). The rise and fall of community development in developing countries, 1950-1965: A critical analysis and implications. In G. E. Jones & M. J. Rolls (Eds), Progress in rural extension and community development. Vol 1,

Extension and relative advantage in rural development.

Beneor, D & Harrison, J. Q. (1977). \*9+0][POUYGFVCXZ

Agricultural extension: The training and visit system. Washington D. C.: The World Bank.

Maunder, A. H. (1973). Agricultural extension: A reference manual. (abridged edition). Rome: Food and Agriculture Organization of United Nations.

## TEMA - 5: DESENVOLVIMENTOS E DESAFIOS DA EXTENSÃO RURAL

### Unidade Temática 5.1. Desafios de extensão Rural e o Papel do Extensionista

---

#### UNIDADE TEMÁTICA 5.1. Desafios de extensão Rural e o Papel do Extensionista

---

##### Introdução

A extensão rural teve o seu início na década de quarenta, em sua trajetória a extensão rural passou do modelo difusionista inspirado no modelo americano de desenvolvimento e bases ditadas pelos pacotes da chamada revolução verde, chegando ao momento atual com uma proposta de práticas educativas e participativas como promotoras do desenvolvimento local e sustentável para a agricultura familiar. Pés embora o processo de produção em Moçambique estivesse ligado as grandes companhias de localizadas ao longo do país o modelo de extensão sempre foi voltado para produção de culturas de exportação, envolvendo

A implantação da extensão rural em Moçambique foi marcada por diferentes momentos e períodos, sendo que estes estão inteiramente ligados com a fase de desenvolvimento e consolidação do estado.

Ademais, uma nova Extensão Rural deveria adotar algumas características fundamentais, entre as quais se destacaria a necessidade de um maior controle social sobre a atividade extensionista, uma nova orientação tecnológica, além de uma metodologia participativa, capaz de fortalecer os processos organizativos dos beneficiários e contribuir para a reconstrução da cidadania rural (Corporal, 2017).

Ao completar esta unidade, você deverá ser capaz de:



##### Objectivos específicos

- Identificar os desafios da extensão rural;
- Conhecer o papel do extensionista no contexto Moçambicano.

Para que o trabalho de extensão tenha êxitos é importante que se tenha em conta a participação do grupo alvo, pois de contrário os programas podem enfrentar vários constrangimentos. Segundo Hawkins (1994), para que se note eficácia nos programas de extensão rural, é sempre necessária a participação da população durante o processo todo.

O conceito de participação com o qual nos identificamos é definido por Hawkins (1994), como envolvimento dos representantes da comunidade rural nos processos de decisão no concernente aos objectivos, ao grupo alvo, a mensagem, aos métodos, e às organizações dos serviços de extensão. Hawkins (1994), O problema que se coloca assenta-se nos mecanismos e tipos de participação.

Com efeito, certos estudos revelam que nem sempre a participação tem sido eficaz, na maioria das vezes as condições existentes não favorecem a uma participação condigna, devido a eventuais obstáculos, nomeadamente:

- (i) centralização de tomada de decisões;
- (ii) atitudes, valores e aptidões não apropriadas do pessoal;
- (iii) sistema de avaliação não apropriado;
- (iv) mudança frequente do pessoal;

De referir que entre os obstáculos ligados à comunidade destacam-se os seguintes:

- (i) falta de organizações locais apropriadas;
- (ii) falta de capacidade de direcção e de organização;
- (iii) falta de infraestruturas na comunidade;
- (iv) espírito de discórdia e divergência nos interesses económicos;
- (v) passividade adquirida e falta de tempo (Hawkins, 1994)

Dentre os obstáculos acima delineados, existem alguns pontos passíveis de discussão, por exemplo, no que diz respeito a falta de capacidade de direcção e organização. O que se verifica é que existem preconceitos relativamente a população rural no que diz respeito as suas capacidades organizativas. O que se pode verificar para discordar com este ponto é que a História os mostra que os africanos já puderam viver de uma máquina administrativa eficiente, dirigida por indivíduos analfabetos, mesmo no período anterior à ocupação colonial (Pélissier, 1994).

No que concerne aos constrangimentos da participação comunitária Lele (1980) defende que o problema se assenta nas condições de trabalho do extensionista.

### **Papel do extensionista**

De acordo com Swanson (1991) existe um número ilimitado de papéis que se pode esperar que o extensionista desempenhe, incluindo os de advogados, professor, organizador, fiscal de regulamentos, planeador, catalisador, coordenador, cobrador de taxas, e especialista em comunicações. O extensionista pode ter a capacidade de apresentar e demonstrar o uso de novas tecnologias agrícolas. Contudo, se as limitações existentes incluírem a falta de mão - de - obra durante os períodos de ponta, dificuldades com os transportes, a política de exportações ou os incentivos de preços, provavelmente ele pouco poderá fazer para alternar essa situação.

O que se pode esperar é que os extensionistas tenham uma melhor compreensão que o processo de mudança se realize dentro dos limites do possível, pois ele deve tentar observar o contexto global das situações dos agricultores, evitando ao máximo as noções pré-concebidas sobre aquilo que existe. Antes de introduzir novas tecnologias numa comunidade rural é essencial ter informações qualitativas, pois, num determinado contexto rural, deve-se seleccionar o que é realmente importante e pertinente. Pode - se concentrar a atenção em alguns dos problemas mais óbvios sentidos pelos agricultores na sua experiência e nas circunstâncias do meio rural que podem incidir na tomada de decisões referentes à agricultura.

As seguintes questões apresentam formas de obter algumas destas informações:

- (i) Qual é o carácter do sistema de cultivo?
- (ii) Existe e é utilizada a mão - de - obra assalariada ou familiar?
- (iii) Qual é a contribuição em termos de mão - de - obra dada pelos homens, mulheres e crianças? Para quais culturas?
- (iv) Como se tomam as decisões quanto ao tempo a atribuir às diversas culturas e quais são os métodos de cultivo?
- (v) Quais são as exigências e hábitos alimentares dos lares rurais?

- (vi) Os principais alimentos são adequados e estão disponíveis?
- (vii) A que tipo de grupos rurais ou de povoações é que os agricultores estão ligados?
- (viii) Quais são os padrões de influência e autoridade existentes ao nível de aldeia/ comunidade?
- (ix) Quem é que possui um estatuto elevado? Em que critério é que se baseia esse estatuto?
- (x) Como é que a informação particularmente a que se refere à agricultura é difundida na aldeia?
- (xi) Que ligações é que os agricultores têm com fontes exteriores de informação?
- (xii) Que tipo de indivíduos constituem líderes de opinião e modelos para os agricultores? E modelos para os agricultores?
- (xiii) Como é que as decisões dos agricultores são efectuadas pelas decisões dos demais, pelas necessidades, objectivos e recursos familiares, por experiências recentes, pela percepção de alternativas, por limitações, ou os vários métodos de simplificação por eles adoptados (“rotinas”) regras empíricas e rituais?
- (xiv) Que organizações e órgãos agrícolas é que actuam a nível local?
- (xv) Que é que servem? Como são encaradas pelos agricultores?
- (xvi) Até que ponto parecem ser eficazes? Que necessidades não são satisfeitas?
- (xvii) Quais são os serviços de comercialização, crédito e extensão disponíveis?
- (xviii) Que utilidade prática é que tem? Como são vistos pelos agricultores

As respostas a estes tipos de perguntas fornecerão um contexto para a compreensão do comportamento dos agricultores, nomeadamente ao tomar decisões sobre a agricultura. Existem outras grandes responsabilidades do extensionista para além da compreensão da situação agrícola e da cultura local. Este deve, em primeiro lugar, estabelecer um relacionamento de mudança com os agricultores. Para ter alguma influência sobre as decisões dos agricultores quanto a inovações o mesmo, tem que ser visto

como uma pessoa competente, atenta às necessidades do agricultor, portanto que tem de algo útil para difundir.

Pode - se criar uma certa empatia fomentando a discussão dos problemas dos agricultores com os próprios agricultores, e procurando compreender as limitações à produção do seu ponto de vista. A competência do extensionista e a opinião que os agricultores têm dele serão influenciadas pela formação que este recebeu em temas económicos e sociais (Manual de referências, 2ª edição, Extensão Rural, 1991). Outro papel fundamental do extensionista é a avaliação das necessidades dos agricultores, quer com respeito aos tipos de tecnologias que correspondem ao seu sistema agrícola, quer quanto aos níveis de capacitação e às informações necessárias para promover com êxito a transferência das tecnologias apropriadas. Em muitos casos o extensionista deve fazer com que entre os agricultores surja a necessidade de inovação (Rogers, 1969).

### **Extensão rural como bem público**

De acordo com Corporal (2017), já faz algum tempo que, diante da perspectiva neoliberal e sua política de Estado mínimo, surgiu no contexto do debate sobre o futuro dos serviços de Extensão Rural, uma temática nova: a questão da Extensão Rural como um “Bem Público”. Este debate sobre bens públicos e bens privados, bastante presente em algumas correntes da economia e da sociologia, ainda não encontrou consenso para o caso da Extensão Rural.

O que pretendemos, de forma sintética, é defender a hipótese de que o serviço de Extensão Rural, como processo educativo, informativo, comunicacional e de apoio à formação dos agricultores, se constitui, sem qualquer dúvida, em um importante Bem Público. Portanto, especialmente em realidades como a nossa, e sempre que se tratar de ter como beneficiária a agricultura familiar, sua oferta pública e gratuita passa a ser uma obrigação do Estado. Sabemos que Bens Públicos são, resumidamente, aquela cuja oferta/apropriação não causam rivalidade e que não podem ser de uso exclusivo. Isto é, a apropriação não pode ser restrita, ou seja, o fato de uma pessoa “consumir” este bem não impede que outras pessoas possam usufruir dele. Logo, um Bem Público deve apresentar, como uma de suas características, não ser exclusivo, isto é, deve estar acessível a todos. Ao contrário, um Bem Privado, é aquela cuja apropriação por uma pessoa implica que outras deixarão de ter acesso,

apresentando, portanto, uma característica oposta: a da exclusividade.

Para Corporal (2017), o fato da Extensão Rural priorizar atividades grupais, dias de campo e o uso de muitos meios de comunicação de novas informações, como o rádio e a televisão, pode minimizar este problema, ainda que não o resolva completamente. Por sua vez, uma opção pela assistência técnica individualizada pode reduzir a característica de Bem Público, na medida em que um técnico tem capacidade física de atendimento a um número limitado de clientes-agricultores e, portanto, a oferta do serviço passaria a adquirir uma característica de Bem Privado, na medida em que se amplie o atendimento individual, às custas do total dos potenciais beneficiários. O mesmo ocorre quando a extensão opta por um público específico, como no caso de Moçambique, onde a agricultura familiar passou a constituir-se público exclusivo do serviço de Extensão Rural. Neste caso, fica minimizado o problema na medida em que informações e orientações de natureza técnica não são negadas aos demais agricultores, sempre que eles busquem apoio nos escritórios de extensão.

Segundo Corporal (2017), de qualquer forma, ainda que não haja consenso, os serviços de Extensão Rural apresentam-se muito mais próximos de serem considerados como um Bem Público do que como um Bem Privado. A comparação mais efetiva para esclarecer esta característica pode ser feita com a educação formal. Ainda que esta se mostre limitada e, às vezes até excludente, ninguém discute se a educação básica é ou não é uma obrigação do Estado, ou seja, um Bem Público por excelência. Portanto, sendo isto verdadeiro, cabe ao Estado, financiar e manter funcionando os serviços de Extensão Rural, para os agricultores que não podem ter acesso a outros meios e formas de obtenção de informações necessárias para o desenvolvimento e qualificação de suas atividades. A capacidade de socialização e a possibilidade de massificação de informações e conhecimentos de interesse público, assim como de oportunidades de acesso a outros serviços, fortalecem a ideia de que a Extensão Rural é um Bem Público. O mesmo ocorre quando a problemática do desenvolvimento envolve aspectos de interesse geral da sociedade, como a proteção ao meio ambiente e a busca de equidade social, que são particularmente importantes entre os papéis do estado moderno.

---

## Sumário

Nesta **Unidade** temática 5.1 estudamos e discutimos fundamentalmente os desafios da extensão rural e os actuais nuances em se olhar esses serviços como um bem público.

---

## Auto - avaliação

1. Quais as vantagens de se priorizam actividades grupais em extensão rural?
2. Por que é que a assistência técnica individualizada pode reduzir a característica de bem público da extensão rural?
3. Caracterize a extensão enquanto bem público.
4. Como os meios de comunicação auxiliam o fato da Extensão Rural priorizar actividades grupais?

---

## Exercícios de avaliação

1. Por que é que a extensão deve ser vista como um bem público?
2. Por que é que a comparação mais efetiva da extensão rural pode ser feita com a educação formal?
3. Por que é que se defende a hipótese de que os serviços de extensão rural como um serviço de apoio aos agricultores?
4. Por que é que os debates em torno dos bens públicos e bens privados, bastante presente em algumas correntes da economia e da sociologia, ainda não encontraram consenso para o caso da Extensão Rural?
5. Um Bem Público deve se apresentar, como uma de suas características, não ser exclusivo, isto é, deve estar acessível a todos. Comente.

## Referencias bibliográficas

Caporal, F. R. (2007) EXTENSÃO RURAL E AGROECOLOGIA: temas sobre um novo desenvolvimento rural, necessário e possível Brasília, 2007

## TEMA - 6: FERRAMENTAS DOS EXTENSIONISTAS

### UNIDADE TEMÁTICA 5.1. Introdução

A inclusão das TICs na extensão rural dá origem a um novo termo, E-extensão, como forma de incluir dentro das ferramentas que utilizam as novas tecnologias baseadas na comunicação via Internet, o uso de plataformas tecnológicas e dispositivos eletrônicos tais como computadores, tablets e smartphones.

As TIC's surgem como ferramentas que veem complementar as actividades dos extensionistas, pês embora constitua um desafio para países do Terceiro Mundo como é o caso e Moçambique. Podendo ser afirmado que as TIC's não se constituem em si como uma contrapartida à extensão rural tradicional, é um complemento que aborda os novos desafios da comunicação, utilizando os avanços tecnológicos e o comportamento das sociedades urbanas e rurais (Espíndola, 2005).

De acordo com várias publicações que apresentam trabalhos sobre o uso, aplicação e disponibilidade das TIC's para processos de extensão rural com produtores e produtores da agricultura familiar, algumas das vantagens que podem contribuir para seu desenvolvimento são apresentadas abaixo.

Ao completar esta unidade, você devera ser capaz de:



#### Objectivos específicos

- Conhecer o contributo das TIC's enquanto ferramenta de auxílio as actividades de extensão rural;
- Aplicar as TIC's nas actividades educativas no âmbito da extensão rural.

De acordo com Do Prado (2021), as TIC's são um importante veículo de extensão para alcançar os objetivos de produtividade, sustentabilidade e transparência. Devido a seu fácil acesso e baixo custo, as TIC's facilitam a disponibilização de informações especializadas, permitem a rastreabilidade nos sistemas de produção, a digitalização das informações rapidamente e com a possibilidade de compartilhá-las de forma ágil.

Proporcionam ampla circulação de inovações e informações, bem como baixos custos na disseminação e intercâmbio de novas

tecnologias remotamente e com rápido acesso a novas atualizações.

Elas permitem o intercâmbio interdisciplinar, criando redes interativas de caráter mais horizontal, assim como o uso e a interconexão de diferentes plataformas, canais e meios de comunicação para abordar questões agrônômicas, associativas e comerciais, como preços de produtos, compra e venda de insumos.

Deste modo, De acordo com Do Prado (2021), a integração de vídeos, textos, animações, imagens e gráficos facilita a apresentação dos tópicos e permite uma melhor compreensão das informações. Transmissão de programas de rádio, assim como outros conteúdos que podem ser oferecidos em momentos diferentes sem que os produtores ou extensionistas encontrem contradições entre as tarefas diárias e o acesso à informação.

Criar bancos de dados que reúnam produtores ou extensionistas, facilitando listas de difusão por grupos de interesses comuns, estabelecendo sinergias entre pessoas e organizações que compartilham esses espaços. Estabelecer diálogos e debates técnicos entre vários especialistas que podem ser atendidos por um grande grupo de extensionistas e produtores, mesmo que estejam geograficamente distantes, com custos mais baixos para a realização e participação de eventos. Estabelecer tarefas de monitoramento para a incorporação de novas tecnologias, bem como sua aplicação e geração de consultas em tempo real ou estabelecer diagnósticos em tempo real ou diferido diante de inconvenientes na mudança para locais de produção.

### **Recomendações para a inclusão das TIC nos serviços de extensão**

De acordo com Do Prado (2021), com base nas vantagens das TIC's na extensão rural acima, são apresentadas algumas recomendações para sua incorporação em projetos. Fortalecer os laços entre as necessidades dos produtores e a oferta de pesquisa das universidades, centros de pesquisa e organizações de produtores, para a concepção e aplicação das TIC, para isso é necessário que os serviços de extensão rural concebam, dentro de seus planos e projetos, o desenvolvimento deste objetivo.

Estabelecer processos para facilitar o treinamento que geram confiança e conhecimento em TIC por produtores e extensionistas, para isto se propõe que os serviços de extensão projetem

bases de dados de atores no território onde se visualize a oferta de entidades públicas e privadas com a possibilidade de oferecer treinamento, equipamentos e redes de conexão à Internet.

No projeto e aplicação, devem ser utilizados termos técnicos apropriados a cada sistema agrícola e de fácil compreensão, a integração entre desenvolvedores e demandantes da tecnologia pode ser feita através dos métodos disponíveis da extensão rural clássica, onde o diálogo é estabelecido para este fim.

Para Do Prado (2021), uso das TIC's na concepção, uso e operação de produtos e serviços agrícolas e pecuários, facilitando a cooperação de centros de pesquisa, organizações de produtores, prestadores de serviços de extensão e administrações públicas. Os serviços de extensão são desafiados a promover reuniões entre diferentes entidades e organizações para criar sinergias na criação ou uso de ferramentas TIC disponíveis para tarefas produtivas e comerciais. Para gerar estratégias de adoção devido à escassa capacitação no meio rural tanto daqueles que projetam ferramentas quanto daqueles que devem utilizá-las posteriormente, os serviços de extensão rural poderão estabelecer fontes de financiamento para este tipo de atividades, de tal forma que as TIC possam ser geradas ou adaptadas com uma abordagem territorial.

Deste modo, Do Prado (2021), em áreas onde a interconexão é fraca devido a deficiências no fornecimento de Internet, podem ser utilizados dispositivos de armazenamento que permitem a portabilidade, tais como memórias flash e CD-ROMs, facilitando o fluxo de dados para transformá-los. Esta possibilidade aproxima a oferta de uso das TIC das regiões onde o acesso é limitado devido às dificuldades inerentes à produção da agricultura familiar (AF). Promover a cooperação entre jovens e idosos para a operação de dispositivos tecnológicos que proporcionam acesso às TIC's, tais como aplicações para telefones celulares, tablets e computadores. A inclusão de escolas e faculdades rurais nestes processos ajuda os serviços de extensão a cobrir dois propósitos: o de integrar os jovens nos métodos de produção e comercialização agrícola e a integração das TIC's nestes processos.

---

## Sumário

Nesta **Unidade** temática 4.3 estudamos e discutimos fundamentalmente as ferramentas dos extensionistas, onde procuramos abordar aspectos como as TIC's auxiliam no processo educativo nos contextos de extensão rural. Buscamos explicar e analisar o contributo destas ferramentas no trabalho de extensão.

---

## Auto - avaliação

- 
1. Que importância tem as TIC's no desenvolvimento dos serviços de extensão em Moçambique;
  2. Como os baixos níveis de escolaridade dos extensionistas pode ser um entrave para o uso das TIC's no processo de extensão rural?
  3. Podem as TIC's serem consideradas uma ferramenta, mas valia para o auxílio dos extensionistas?
  4. Estabelecer processos para facilitar o treinamento que geram confiança e conhecimento em TIC por produtores e extensionistas. Comente

---

## Exercícios de avaliação

1. Por que é que as TIC's são vistas como veículo importante de extensão rural?
2. Que papel tem as TIC's em quanto ferramentas dos extensionistas no alcance dos objectivos de produtividade e sustentabilidade da extensão rural?
3. As TIC's facilitam a disponibilização de informações especializadas, permitem a rastreabilidade nos sistemas de produção, a digitalização das informações rapidamente e com a possibilidade de compartilhá-las de forma ágil. Comente.
4. Que desafios o uso da TIC's como ferramenta de extensão enfrenta no contexto rural Moçambicano?
5. O uso das TIC's no processo de extensão pode facilitar a Transmissão de programas de rádio, assim como outros conteúdos que podem ser oferecidos em momentos diferentes sem que os produtores ou extensionistas encontrem contradições entre as tarefas diárias e o acesso

à informação. Argumente.

6. A integração de vídeos, textos, animações, imagens e gráficos facilita a apresentação dos tópicos e permite uma melhor compreensão das informações. Comente

### Referências bibliográficas

Do Prado, C. M. (2021). Documento Técnico de Ferramentas de Extensão e Ensino. Semeando Capacidades / Cooperação Brasil-Colômbia- FAO. Brasília.

FAO (1991). Extensão Rural: Manual de Referência. 2ª Edição. Roma. Disponível em: <https://books.google.co.mz/books?id=QdY9I1eqkPEC&lpg=PP4&hl=pt-PT&pg=PP4#v=onepage&q&f=false>

Nhancale, I. T (2011). Conceitos Básicos sobre extensão rural e papel do extensionista. Ministério da Agricultura. Direcção Nacional de Extensão Agrária. Maputo - Moçambique.